por sinal

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central n ano 6 n nº 28

DESEMPREGO

A agenda sindical da crise

CARTÕES DE CRÉDITO

Cruzada contra o cartel do dinheiro de plástico

ENTREVISTA/DUVANIER PAIVA FERREIRA - MPOG

Secretário desmistifica "inchaço" da máquina pública

CARTA DO CONSELHO

Os desafios do pós-crise

A crise internacional domina a pauta jornalística mundial desde o fim de 2008. Todos, inclusive a **Por Sinal**, vêm especulando sobre o alcance e a duração do terremoto financeiro que sacudiu o planeta. Há, no entanto, claros sinais, embora contraditórios, de que o pior parece já ter passado, como mostramos na matéria "Luz no fim do poço?". A hora agora seria de se avaliarem os estragos e se discutirem as consequências de longo prazo da crise.

A reportagem "A agenda sindical da crise" e o artigo "O destino do dólar" tratam justamente dos desafios que nos esperam no cenário pós-crise. Como combater, de forma integrada, o aumento do desemprego global? Há alternativas viáveis para o decadente dólar como moeda reserva? Leia e confira.

No exato momento em que a competente atuação do Banco Central levou o país a atingir a menor taxa de juros da História recente e a despencar para o quinto lugar no desonroso ranking das maiores taxas planetárias, registramos outras facetas não menos importantes do BC: protetor do meio ambiente e pregador da competitividade. A matéria "Um poderoso fiscal da natureza" mostra quão eficaz é sufocar financeiramente o devastador ambiental. Em "Cruzada contra o cartel do dinheiro de plástico", por sua vez, detalhamos o diagnóstico e as soluções para um dos mercados mais concentrados e menos regulamentados do país: o de cartões de crédito.

O entrevistado desta edição é o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Duvanier Paiva Ferreira, o temido e respeitado negociador oficial do governo Lula para questões do funcionalismo público. Duvanier faz um balanço dos anos à frente da Secretaria e avalia os resultados alcançados no processo de negociação com os servidores.

Mas esta edição não para por aí. Outros assuntos de interesse foram levantados pela **Por Sinal**, como é o caso da promiscuidade entre o público e o privado. Você acha correto o vaivém de profissionais não-concursados em posições de destaque no serviço público, levando informações valiosas para empresas privadas? Nós defendemos regras mais estritas para esta prática questionável. A matéria "Quarentena para proteger a máquina federal" disseca a questão.

Quem não quer ter Qualidade de Vida no Trabalho? Mas o que é, e o que não é QVT? Seria mais um modismo corporativo? Entenda melhor o assunto no artigo assinado pelo colega José Vieira Leite.

Por fim, voltamos a publicar a Agenda do Sinal no Congresso Nacional. A Casa está parada, e não é somente por causa do recesso. Não sabemos se a agenda "secreta" será superada, mas nos adiantamos. "Sinal destaca Previdência na agenda do Congresso" elenca e comenta os projetos de interesse do BC e do funcionalismo em tramitação no Congresso Nacional.

Boa leitura.

SINDICATO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL (SINAL)

Conselho Nacional

Rio de Janeiro
Sérgio da Luz Belsito
Julio César Barros Madeira
João Marcus Monteiro
Jarbas Athayde Guimarães Filho

Brasília
Paulo de Tarso Galarça Calovi
José Manoel Rocha Bernardo
Degel Cruz

São Paulo
Paulo Lino Gonçalves
Eduardo Stalin Silva
Daro Marcos Piffer

Belém
José Flávio Silva Corrêa
Francisco Sérgio Sales Andrade

Belo Horizonte
Mirian Silva Carvalho

Curitiba
Ivonil Guimarães Dias de Carvalho
Luiz Carlos Alves de Freitas

Fortaleza
Eduardo dos Santos Teixeira

Porto Alegre
Gustavo Diefenthaeler
Alexandre Wehby

Recife
Joaquim Pinheiro Bezerra de Menezes

Salvador
Juarez Bourbon Vilaça

Diretoria Executiva

Presidente: Sérgio da Luz Belsito (Rio de Janeiro)

Secretário: Julio César Barros Madeira (Rio de Janeiro)

Diretora-financeira: Ivonil Guimarães Dias de Carvalho (Curitiba)
Diretor Jurídico: Luiz Carlos Alves de Freitas (Curitiba)

Diretor de Comunicação: Alexandre Wehby (Porto Alegre)

Diretor de Assuntos Previdenciários: Francisco Sérgio Sales Andrade (Belém)

Diretor de Relações Externas: Paulo de Tarso Galarça Calovi (Brasília)

Diretor de Estudos Técnicos: Joaquim Pinheiro Bezerra de Menezes (Recife)

EXPEDIENTE Ano 6 Número 28 Agosto 2009

Por Sinal
Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central do Brasil

Conselho Editorial
Alexandre Wehby, Daro Marcos Piffer, Gustavo Diefenthaeler, José Renato Ornelas, Sergio Belsito, Sérgio Eduardo Mendonça

Secretária: Sandra de Sousa Leal
SCS Quadra 01 – Bloco G sala 401
Ed. Bacarat – Asa Sul – Cep 70.309-900 – Brasília – DF
Telefone: (61) 3322-8208
nacional@sinal.org.br
www.sinal.org.br

Redação
Coordenação-geral e edição: Flavia Cavalcanti (Letra Viva Comunicação)
Reportagem: Rosane de Souza e Paulo Vasconcelos
Fotos: Sinal
Arte: Maraca Design
Ilustrações: Claudio Duarte
Fotolito e impressão: Ultra Set
Tiragem: 8.000

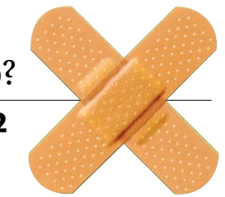
Permitida a reprodução das matérias, desde que citada a fonte.

O Consellho Editorial não se responsabiliza pelas opiniões expressas nos artigos assinados.

SUMÁRIO

DESEMPREGO
A agenda sindical da crise
Página 6

CRISE INTERNACIONAL
Luz no fundo do poço?
Página 12



BC ECOLÓGICO
Um poderoso fiscal da natureza
Página 21

CARTÕES DE CRÉDITO
Cruzada contra o cartel do dinheiro de plástico
Página 25

ENTREVISTA
DUVANIER PAIVA FERREIRA
"No governo Lula houve um esforço impactante de recuperar a máquina pública"
Página 31

PRIVADO X PÚBLICO
Quarentena para proteger a máquina federal
Página 46

PARLAMENTO
Sinal destaca previdência na agenda do Congresso
Página 50

Artigo

Marcio Sette Fortes
O DESTINO DO DÓLAR..... **Página 16**

José Vieira Leite
QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO..... **Página 29**

A agenda sindical da crise

OIT aprova Pacto Mundial pelo Emprego, que abre nova frente para a ação dos sindicatos e centrais em favor dos desempregados

Rosane de Souza

Muito mais do que queimar trilhões de dólares na pira da insensatez, a crise financeira internacional submeteu 1,5 bilhão de trabalhadores ao risco do desemprego e de perdas salariais severas. Na China, seus efeitos nocivos ameaçam mergulhar o país numa hecatombe social, ao reduzir pela metade o seu crescimento. A economia do país onde tudo é gigantesco crescia em média 10,7% ao ano, entre 2003 e 2007, e garantia trabalho – apesar de em sua maioria precário –, para grande parte da população economicamente ativa, estimada em 1 bilhão de trabalhadores. No fim do primeiro trimestre de 2009, o desemprego oficial chegava a 4,3% nos centros urbanos.

Já o sistema financeiro europeu, tão ou mais quebrado do que o norte-americano, fez um estrago colossal, pondo mais 1,6 milhão de pessoas no olho da rua. Em 2008, o desemprego atingiu 18 milhões de europeus – 7% da população economicamente ativa. A previsão da Organização Internacional do Trabalho (OIT) é de que mais 5 milhões de pessoas percam as suas ocupações, em 2009, sendo que o efeito mais danoso da crise será sentido pelos estrangeiros. Estes se sentirão como párias: além de desempregados, sofrerão não só perseguições e preconceitos, como também todas as consequências de anos de adoção de uma política econômica que, no frigir dos ovos, foi responsável pela fuga deles de seus países de origem.

No Brasil, país que jamais conheceu o estado de bem-estar social vivido pelos europeus e onde coexiste um desemprego estrutural de 8 milhões de trabalhadores, a situação não foi menos grave, embora não tão caótica como esperavam os pes-

"A OIT afirma que, nas crises, o nível de emprego anterior só é restabelecido depois de quatro ou cinco anos."

WALTER BARELLI
Conselheiro do Ipea

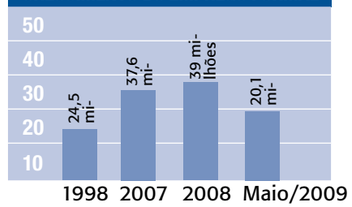
simistas de plantão. A crise financeira internacional interrompeu a rota de crescimento do emprego formal que já durava cinco anos, com destaque para as demissões de mais de 4 mil trabalhadores da Embraer, 1.300 da Vale do Rio Doce – onde 5.500 entraram em férias coletivas e outros teriam contratos de trabalho suspensos –, e as ameaças de desligamentos em massa da indústria automobilística.

Ou seja, a crise expôs os trabalhadores mais fragilizados a novas angústias e dividiu mais ainda os brasileiros entre os que vivem nos bolsões de emprego, apesar de altamente rotativo, os que têm trabalho garantido – no caso, os servidores públicos – e os que procuram desesperadamente uma ocupação ou estão apenas temporariamente empregados – muitas vezes, sem carteira assinada.

Pelas contas do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), de 1998 a 2007, o Brasil, que chegou a ter 60% de sua população economicamente ativa de 90 milhões vivendo na informalidade, passou a incorporar um contingente de mais 13 milhões de brasileiros no mercado formal do emprego, nos setores público e privado, sendo que a maioria dos novos trabalhadores com carteira assinada ingressou no mercado a partir de 2004 – 8 a 9 milhões de trabalhadores. "Esse dado revela que o crescimento econômico estável ainda é a melhor receita contra o desemprego", afirma José Silvestre Prado de Oliveira, coordenador de Relações Sindicais do Dieese. Embora sinalize que 70% das ocupações no Brasil sejam de até três salários mínimos, uma vez que o mercado nacional se caracteriza por grande heterogeneidade, extrema flexibilização e ocupações de baixa qualidade, José Silvestre lembra que era possível, a partir desse crescimento, começar a se pensar até numa melhor qualificação da mão-de-obra por conta da estabilidade.

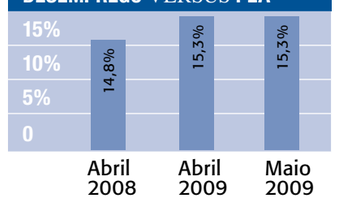
É certo que o Brasil virou um imenso laboratório de geração de empregos na área de telemarketing e celeiro de motoboys, profissão recém-regulamentada, que reúne mais de 1 milhão de pessoas, mas, para qualquer família, ficar sem o salário de R$ 650 de um dos seus integrantes é dramático. É isso que ocorre a partir do fim de 2008, quando os níveis de emprego começam a cair, independentemente da qualidade. Nesse ano, nas cinco maiores regiões metropolitanas, mais o Distrito Federal, pesquisadas pelo Dieese, 16 milhões e 659 mil pessoas foram empregadas, mas 15 milhões e 207 mil sofreram desligamentos. "O saldo positivo no ano inteiro, que costumava ser maior, foi de apenas 1 milhão e 452 mil empregos formais", avalia o especialista em economia do Dieese.

CRESCIMENTO DO EMPREGO FORMAL



Fonte: Dados do Dieese das cinco regiões metropolitanas pesquisadas: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre, mais Distrito Federal.

DESEMPREGO VERSUS PEA



(*) PEA – População Economicamente Ativa
Fonte: Dados do Dieese

GERAÇÃO DE EMPREGO

Fonte: Dados do Dieese

Futuro incerto

O economista Walter Barelli, especialista em emprego e conselheiro do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), assinala que o saldo negativo dos empregos formais a partir de dezembro até maio deste ano, medido pelo Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho), assustou demasiado e "ainda não foi possível repor o trabalho perdido". O Caged constitui importante fonte de informação do mercado de trabalho em todo o país e foi criado como instrumento de acompanhamento e de fiscalização do processo de admissão e de dispensa de trabalhadores regidos pela CLT.

Os dados do Caged ilustram bem o tamanho do problema: em dezembro de 2008, o saldo negativo entre as admissões e as demissões foi de 655 mil brasileiros, um número bem superior ao de dezembro de 2006, com um saldo negativo de 317 mil, e de dezembro de 2007, com 319 mil.

Na opinião de Barelli, ex-parlamentar que durante anos conduziu o Dieese, a situação brasileira só não é aflitiva porque "os demitidos recebem

Setor público: esperança de trabalho

Um aspecto novo da crise econômica mundial foi o interesse dos brasileiros pelo emprego público, hoje considerado sinônimo de estabilidade. "Deixou de ser vocação social", diz Barelli. Aliás, muitos brasileiros ganharam o seu primeiro emprego através de um concurso público, porque existem mais de 300 mil vagas por ano a serem preenchidas, entre reposição de aposentadorias e criação de novos cargos. Ou seja, os empregos públicos se tornaram um grande atrativo, não só por conta dos salários – superiores a R$ 3 mil para nível médio e R$ 10 mil para nível superior –, mas também da democracia de aceitação da mão-de-obra: eles estão abertos a pessoas de 18 a 65 anos de idade, sem exigir experiência anterior.

A crise financeira, porém, instalou o temor de que a fonte de trabalho poderia ter secado, pelo menos, durante um tempo. O Banco Central, por exemplo, só agora conseguiu, depois de aguardar mais de 6 meses, autorização do Ministério do Planejamento para realizar concurso público e, com ele, preencher 500 vagas. Os novos empregados vão suprir os cargos vagos por conta de aposentadorias no órgão. O próprio presidente da instituição, Henrique Meirelles, reconheceu a necessidade dos concursos, com a justificativa de que as aposentadorias poderiam criar deficiências futuras nos quadros do Banco.

Com o novo concurso, o BC pretende contratar 350 analistas, com exigência de curso superior, e 150 técnicos, cargo que pede nível médio. A assessoria de Imprensa do BC informa que as áreas que mais demandam vagas são: supervisão do sistema financeiro nacional, operações internacionais, informática e administração e logística. O último concurso foi em 2005, e objetivou o preenchimento de 283 vagas de analistas e 75 de técnicos. Durante a sua validade, foram autorizadas novas vagas e o órgão terminou contratando 421 analistas, 175 técnicos e 32 procuradores. Essa seleção perdeu a validade em junho de 2008.

Há algum tempo, o Sinal alerta para o excesso de trabalho e a escassez de servidores no BC, o que se torna mais grave perante a possibilidade de aposentadoria em massa da instituição, que tem um papel central na estabilidade do país. "Há estudos que indicam que 40% dos servidores do Banco estão em condições de se aposentar até 2011. Essas aposentadorias preocupam não só o Departamento do Meio Circulante (Mecir), mas também toda a Diretoria de Administração (Dirad), onde a média de idade dos funcionários é mais elevada", afirma Sérgio da Luz Belsito, presidente do Sinal–Nacional. Segundo Belsito, no caso do Mecir, há a agravante da pouca renovação, pois o setor quase não desperta interesse, a despeito de sua importância e das atividades nobres desenvolvidas pelo Departamento.

"Antes, as empresas contratavam seus empregados com base em direitos sociais oriundos de muita luta."

RICARDO ANTUNES
Professor da Unicamp

aviso prévio, seguro-desemprego e o FGTS, podendo aguentar alguns meses sem voltar a ter trabalho". Ele ressalva, porém, que o futuro não é róseo em relação ao trabalho: "A OIT afirma que, nas crises, o nível de emprego anterior só é restabelecido depois de quatro ou cinco anos."

Para o sociólogo e professor Ricardo Antunes, titular do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, porém, a desestruturação do mundo do trabalho começou a ocorrer muito antes de o tsunami econômico varrer os empregos no mundo. O Brasil, por exemplo, já convivia com níveis patológicos, de 50% a 55% de trabalhadores na informalidade, sem que seus representantes, as centrais sindicais, tivessem estoques de medicação contra a doença. "As mudanças passaram a ocorrer a partir de 1970, quando o mundo adentrou em um novo ciclo de demolição do trabalho, passando a estabelecer o conceito de empresa flexível, que aposta no trabalho coletivo e de equipe e em um maquinário avançado", ressalta Antunes.

Segundo o professor da Unicamp, a partir daquela década, todas as empresas, sejam indústrias ou bancos, passaram a trabalhar com um contingente cada vez menor de trabalhadores, que poderiam ser contratados ou demitidos de acordo com as necessidades de um trabalho específico. "Antes, as empresas contratavam seus empregados com base em direitos sociais oriundos de muita luta", lembra. Para Antunes, a erosão do trabalho fez com que "os que têm emprego trabalhem muito, muitos já não mais encontrem trabalho e outros façam qualquer trabalho para tentar sobreviver com o que sobra da arquitetura da destruição". O Dieese constata que o tempo médio de permanência no trabalho dos brasileiros é de um ano. "Sessenta por cento das pessoas que foram demitidas por conta da crise econômica tinham menos de um ano de casa. Essa rotatividade de 35% a 38% da mão-de-obra é um problema para os sindicatos, que ficam com pouco poder de negociação", diz José Silvestre.

Resposta à crise

Para o coordenador de Relações Sindicais do Dieese, o fato de o Brasil ter algumas agências de fomento industrial, caso do BNDES, fez toda a diferença no enfrentamento da crise econômica. "O governo tomou medidas de caráter geral e setorial para abrandá-la, a exemplo da redução dos juros, que atingiriam o patamar dos 9,25%, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da flexibilização do compulsório e da própria queda da TJLP [Taxa de Juros de Longo Prazo] do BNDES", diz José Silvestre. Segundo ele, alguns sindicatos acreditam que o pior da crise já passou.

Relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, o deputado e ex-sindicalista Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho (PT-SP), afirma que só isso cria mais de 2 milhões de novos empregos no Brasil, de acordo com estudo do Dieese, com base na atual estrutura produtiva e na produtividade do país. O texto foi aprovado pela comissão especial da Câmara dos Deputados, com o plenário lotado por dirigentes e ativistas sindicais. Agora, a proposta vai ao plenário para votação em dois turnos.

O parlamentar acredita que também é necessário introduzir alguns mecanismos de cidadania na hora das demissões, para evitar fatos como o ocorrido na Embraer. "Nós vamos entrar com um projeto para dificultar a rotatividade. Temos de aproveitar a brecha para negociar com o governo federal, hoje muito mais amigo dos trabalhadores", adianta Vicentinho.

Já a Central Única dos Trabalhadores (CUT) considera que agiu rapidamente para debelar o que chama de "ímpeto demissionário do empresariado". "No início, a Fiesp [Federação das Indústrias do Estado de São Paulo] chegou a propor um acordo nacional que tinha como princípio o corte de salários. A CUT foi contra e denunciou que diversos setores tinham, inclusive, excedentes de capital, devendo usá-los para proteger os empregos e, em consequência, o próprio mercado interno", diz Artur Henrique, presidente da Central. Segundo ele, as bases mobilizadas deram suporte para que a CUT pudesse apresentar propostas claras, responsáveis e construtivas para o enfrentamento da crise.

O economista Walter Barelli concorda que as centrais agiram rápido, pressionando o governo federal, levantando a bandeira dos juros menores e conseguindo mais meses de salário-desemprego para alguns atingidos. Contudo, diz o economista, "grandes sindicatos ligados às centrais aceitaram a redução salarial, se bem que seguindo desejo da maioria das assembleias, o que considero uma derrota, pois as lideranças historicamente resistiram a isso", assinala Barelli, acrescentando que, hoje, não se percebe mais grande movimentação sindical: "Parece que a crise não é mais parte da agenda."

O ex-parlamentar está convicto de que o movimento sindical brasileiro não tem conseguido avançar em mudanças, a partir da crise. "É preciso, por exemplo, criar um rito para tratar das dispensas coletivas. Ele existe tacitamente em áreas sensíveis, como no ABC. Em outras, os patrões demitem primeiro, para depois negociar. A crise oferece uma pauta que os sindicatos não podem esquecer: a OIT acaba de aprovar um Pacto Mundial pelo Emprego, que abre um amplo leque para a ação dos governos, dos sindicatos e demais entidades", afirma Barelli. O professor acredita, ainda, que os trabalhadores brasileiros devem adotar uma luta comum por melhor distribuição de renda. "Como os empregos minguam, o concurso público virou uma forma de obter renda e estabilidade razoáveis. As organizações do funcionalismo deveriam ter uma pauta cidadã, em que emprego e salário para todos os trabalhadores fossem eixos de denúncia e de solidariedade."

O professor Ricardo Antunes vai além, dizendo que o atual sindicato de massas não tem meios de enfrentar os dilemas do trabalho. "O novo sindicalismo terá de reconhecer a nova morfologia do trabalho e da classe trabalhadora." Ele dá um exemplo: no Brasil, o telemarketing emprega 1 milhão de pessoas, das quais 70% são mulheres, mas as direções das entidades que as representam continuam sendo essencialmente masculinas. Apesar de achar que a ferramenta "sindicato" está hoje enferrujada, Antunes adverte que é a única existente e, portanto, os trabalhadores têm de encontrar maneiras de ultrapassar as barreiras do entendimento entre funcionários das estatais e empregados terceirizados. "Os sindicatos não estão bem, mas estaremos todos bem pior sem eles. É preciso compreender, no entanto, que essas entidades também são espaço de luta dos desempregados", conclui.

O tamanho do Estado

Um novo estudo do Ipea revela, mais uma vez, que a participação do emprego público no Brasil é pequena. O percentual de servidores não chega a 11% entre o total de ocupados. Esses trabalhadores também não atingem o percentual de 6% da população, se comparados com a totalidade dos brasileiros. Sendo bem menor do que os EUA, a Espanha, Alemanha, França, Suécia, Argentina, o Uruguai e até o Paraguai, o Estado brasileiro poderia ter um papel importante para debelar a crise de empregos no Brasil.

Os autores do texto do Ipea chegam a dizer que existe espaço para a criação de ocupações emergenciais no setor público brasileiro, especialmente nas áreas mais afetadas pelo desemprego. Ou seja, o emprego público – mesmo que em atividades temporárias – poderia servir como um freio ao desemprego, enquanto durarem os efeitos da retração econômica mundial sobre a economia brasileira.

Luz no fundo do poço?

Os sinais de que o pior já passou não chegam a ser alentadores, nem acalmam os economistas mais céticos. Só os otimistas antecipam um futuro melhor

Paulo Vasconcellos

Enquanto as autoridades internacionais não decidem a dose certa do remédio que pode curar o doente, o combalido sistema financeiro ganha oxigênio apenas com injeções de recursos. Aqui e ali surgem indicadores de que a economia mundial já teria atingido o fundo do poço – e a roda da recuperação já estaria girando. Economistas mais céticos prescrevem cautela. Os mais otimistas antecipam um futuro melhor. Difícil, porém, é o presente:

A fome, em consequência da crise, deve fazer com que até o fim do ano o número de desnutridos no mundo bata pela primeira vez a marca de 1 bilhão de pessoas. Trata-se de um sexto da humanidade com consumo inferior a 1.800 calorias por dia. A estimativa da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) é que 100 milhões de pessoas ingressem na zona da fome este ano.

O desemprego continua a crescer nos Estados Unidos a um ritmo superior a meio milhão de postos de trabalho perdidos por mês. Desde o início da recessão, em 2006, a crise já transformou 3,6 milhões de americanos em desempregados.

Trezentes empresas brasileiras recorreram à recuperação judicial nos primeiros cinco meses deste ano. O levantamento da Serasa aponta o triplo dos pedidos na comparação com 2008.

Os sinais de que o pior já passou não chegam a ser alentadores – nem acalmam os economistas mais céticos. Houve desaceleração no ritmo de deterioração econômica nos Estados Unidos e na Europa. Também foi registrada retomada do crescimento, ainda que em ritmo muito menor, na China e na Índia.

Revisão das atuais regras

O que parece muito mais importante: a discussão sobre a revisão das atuais regras de supervisão financeira avançou. Já parece haver consenso da necessidade de reestruturação do sistema monetário internacional. Falta apenas um acordo sobre como ele deve ser reestruturado.

O governo Barack Obama lançou um pacote de medidas que prevê maior controle do sistema financeiro pelo Federal Reserve, o Banco Central dos Estados Unidos. A proposta, que depende de aprovação pelo Congresso, cria ainda um conselho de supervisão dos serviços financeiros, com o objetivo de facilitar a troca de informações e avaliação dos riscos de quebra de instituições sistemicamente importantes.

As autoridades da Europa não ficaram atrás. Um acordo estabeleceu a criação de um conselho de risco sistêmico com poder de orientar os governos dos 27 países da União Europeia. A implementação direta das políticas de controle, porém, ficaria a cargo de cada país por exigência do Reino Unido.

As reações à crise se sucedem em cadeia. O presidente do Banco Popular da China já havia proposto, em abril, a substituição do dólar como moeda de conversibilidade internacional pela criação de uma moeda universal, soberana e independente das decisões dos Bancos Centrais nacionais.

Os dirigentes dos países membros do G-20 também já haviam defendido marcos regulatórios para o sistema financeiro, uma reforma das instituições financeiras e várias restrições aos paraísos fiscais. Além da criação de uma linha de crédito emergencial, de cerca de US$ 1,1 trilhão, para aumentar o volume de reservas do FMI e dos bancos de desenvolvimento multilaterais e para financiar o comércio mundial.

Em junho, os países ricos avançaram na decisão de formular saídas para retomar o equilíbrio fiscal perdido com os pacotes lançados para conter a crise. A proposta consta da declaração final do encontro dos ministros de Finanças do G-8 (grupo que reúne oito das maiores economias do mundo), realizado na Itália. O novo temor é que o endividamento excessivo dos países ricos não seja sustentável e leve a uma espiral inflacionária

que ameace a recuperação.

"As medidas fiscais e monetárias que foram implementadas na economia mundial resolveram os problemas de liquidez e, em alguns casos, de solvência tanto de instituições financeiras quanto de empresas direcionadas para a atividade industrial", diz o economista Fernando Ferrari Filho, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e presidente da Associação Keynesiana Brasileira. "A questão agora é o custo, principalmente fiscal, de tais medidas. Em outras palavras: ajustes fiscais em um futuro próximo limitarão a capacidade de recuperação da economia."

Receita para o Brasil

Os especialistas acreditam que, para o Brasil, os reflexos das medidas adotadas mundo afora para aumentar o controle sobre o sistema financeiro não fariam muita diferença. Os bancos brasileiros estariam esbanjando saúde graças à reestruturação promovida pelo Proer. O que faltaria ajustar é o excesso de concentração do mercado.

É ela, a concentração, defendem alguns economisas, que mantém as taxas de juros e os *spreads* bancários em patamares elevados. "O Banco Central poderia implementar medidas, estruturais ou normativas, que visassem à elevação da liquidez e à redução dos *spread*s bancários", defende Fernando Ferrari Filho. "A política monetária não tem um só objetivo, de controlar o processo inflacionário. Taxas de juros têm efeito transmissor sobre preços, câmbio e, principalmente, atividade produtiva."

> "Seria preciso ampliar as medidas governamentais de ampliação do crédito e de investimentos públicos em gastos sociais. A superação da crise passa pela redução dos juros, pela manutenção da desoneração dos impostos e pela tributação de grandes fortunas."
>
> JOÃO SICSU
> Diretor do Ipea

A unanimidade que sobra sobre a necessidade de reestruturação do sistema financeiro internacional desaparece quando se trata dos sinais de recuperação da economia. O professor Noriel Roubini, da Universidade de Nova York, mundialmente reconhecido depois de prever a extensão devastadora da crise financeira internacional, garante: "A retomada no mercado de capitais e de alta nas cotações das *commodities* não deve ser encarada como indício de recuperação consistente da economia mundial."

No seminário "O Brasil e a Crise", promovido no fim de maio pela revista Carta Capital, para comemorar os 15 anos da publicação, Roubini voltou a defender concepções que o tornaram uma espécie de arauto do pessimismo. "Os otimistas veem a crise em formato de V, com retomada em cerca de oito meses, ainda no segundo semestre. Mas isso está fora de questão. O formato é de U, com duração de não menos do que 24 meses", disse. "A crise será três vezes mais extensa e profunda do que o esperado. Levará anos para recuperar os mecanismos de securitização e os empréstimos. Não há nada a ser resolvido em seis meses."

O economista Yoshiaki Nakano, diretor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), faz eco. "O momento é muito perigoso", escreveu na Folha de S.Paulo, em 14 de junho. Segundo ele, a sensação de que o pior já passou pode levar ao relaxamento e à reversão nas ações de políticas anticrise ou ao retorno das práticas financeiras que desencadearam a própria crise.

"Podemos ter uma nova crise financeira dentro da crise atual", diz Nakano. "Só com a reestruturação do sistema financeiro, de modo que se evitem os excessos das últimas décadas, com a redução dos desequilíbrios globais e com a definição de novas ondas de inovação e de investimentos, a economia mundial iniciará a verdadeira retomada do crescimento."

"A crise internacional coloca enormes desafios para o modelo econômico que se configurou no Brasil no início dos anos 1990", defende Carlos Eduardo Carvalho, professor do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC–SP), no artigo "A crise internacional desafia o modelo brasileiro de abertura e liberalização", que será publicado na revista Estudos Avançados, do IEA/USP, em agosto.

Segundo ele, o modelo já havia passado pelos testes das crises financeiras da década passada e pela instabilidade cambial da primeira eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mas desta vez, diz, questiona diretamente as premissas básicas do modelo, em especial a alegada vantagem da abertura externa em situações de crise internacional.

Os economistas concordam num ponto: mesmo no melhor dos mundos, uma recuperação da economia a partir do ano que vem deve se alicerçar em taxas de crescimento bastante modestas – um comportamento bastante inferior àquele verificado antes da crise –, mesmo para os países emergentes.

"Estagflação, não crescimento, será o nome do jogo", escreveu Dani Rodrik, professor de Política Econômica na Escola de Governo John F. Kennedy, da Universidade de Harvard, em artigo publicado pelo jornal Valor Econômico, de 22 de junho. "A expansão do consumo permanecerá atenuada por muito tempo, porque os domicílios nos países ricos sofreram perdas colossais de riqueza, e os governos não têm como compensar o crescimento rápido da dívida pública, que em alguns países poderá chegar a 100% do PIB."

No Brasil, menos afetado pela crise internacional, a questão é outra: qual a velocidade da recuperação? "Tudo indica melhora do cenário. Já há a recuperação do emprego formal e da arrecadação dos estados. A dúvida é se o fôlego é suficiente para garantir que o país tenha um PIB acima de 1% este ano", afirma o diretor de Estudos Macroeconômicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), João Sicsu.

Mesmo assim, seria preciso ampliar as medidas governamentais de ampliação do crédito e de investimentos públicos em gastos sociais. A superação da crise, diz Sicsu, passa pela redução dos juros, pela manutenção da desoneração dos impostos e pela tributação de grandes fortunas.

Para o diretor do Ipea, a crise abre uma série de possibilidades para a adoção de um modelo desenvolvimentista distributivo: uma política monetária de juros baixos, uma política cambial com uma taxa de câmbio estável e favorável à exportação de manufaturados e uma política fiscal de gastos públicos para reconstruir a infraestrutura do país e fazer programas sociais abrangentes.

"A crise atual também abre perspectivas novas, e o aproveitamento dessas potencialidades dependerá, entre outros fatores, da identificação correta dos determinantes da reação que a economia brasileira vem apresentando", afirma o professor Carlos Eduardo Carvalho. "É também evidente que o Estado brasileiro dispõe de capacidade de reação diante da crise, com o arranjo fiscal e monetário que capitalizou o sistema bancário e permitiu ao Tesouro maior margem de manobra na aplicação de medidas anticíclicas. Resta ver se esse quadro é capaz de gerar crescimento com incorporação de progresso técnico e inclusão social."

O cético Noriel Roubini reforça o receituário que combina cautela e mudança de foco. "No curto prazo, todos serão atingidos pelo tsunami financeiro. Para países emergentes, como o Brasil, será preciso confiar menos nas exportações e mais no mercado interno."

Noves fora qualquer surpresa, parece que ainda não é desta vez que o mundo vai acabar. E já não falta quem preveja que, passado o pior da crise financeira internacional, dias melhores virão. É o que pensa Carlota Perez. Trata-se de uma conceituada pesquisadora venezuelana do Centro de Investigação sobre Políticas Científicas e Tecnológicas da Universidade de Sussex, na Inglaterra.

A redenção, acredita ela, viria pela Revolução da Informação. Seria a confirmação da Terceira Onda prevista por outro futurólogo: Alvin Tofler. Mas dependeria de duas premissas defendidas por ela: uma recomposição institucional que coloque o capital produtivo no posto de comando da criação de riqueza – pondo fim à economia de cassino, que prosperou a partir de 2000, e devolvendo ao capital financeiro seu real papel de facilitador da economia real – e o investimento na direção certa, a massificação da infraestrutura tecno-econômica do atual ciclo tecnológico. Carlota Perez assegura: "Estamos num ponto de virada."

Marcio Sette Fortes (*)

O destino do dólar

Liquidez, instabilidade e novas soluções de pagamentos

A substituição do dólar como moeda de reserva não é um tema propriamente novo, mas, pela primeira vez, assume contornos de possibilidade, desde a proposta realizada na reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI), em 1979. Para que o tema voltasse com mais força à pauta, foi preciso que a atual crise econômica mundial tivesse emergido nas hipotecas e no centro financeiro norte-americano. A crise de liquidez ensejou a discussão por novas soluções de pagamentos.

Para os mais céticos, defensores da atual moeda de referência, entretanto, não é a credibilidade do dólar que se encontra em xeque, mas a robustez da economia norte-americana, assolada pelo binômio desemprego e redução da demanda. Não foi o dólar que fracassou, originando a crise, mas a dificuldade, no entanto, reside no fato de se dissociar uma coisa da outra. Os temores não são infundados, visto que, teoricamente, um colapso repentino do dólar, com uma desvalorização sem precedentes, poderia ser o final de uma história alicerçada em um déficit público de 14% do PIB e em uma enorme dívida governamental. Uma possível fuga de ativos norte-americanos e uma desvalorização consequente trariam enorme prejuízo àqueles que investem nos Estados Unidos. Significa que muitos teriam a perder, incluindo aí os países que hoje defendem a substituição preventiva do dólar, e é justamente por isso que a defendem. Não bastasse o cenário sombrio aqui descrito, o emissionismo sem lastro efetuado pelo Federal Reserve gera ainda mais incerteza sobre os destinos do dólar. Tal emissionismo tem gerado, também, dificuldades na rolagem da dívida por parte do Tesouro norte-americano, que está tendo de encurtar, cada vez mais, o prazo de sua dívida, em um claro sinal de desconfiança por parte do mercado. A recente desvalorização perante outras moedas é fator de questionamento. A redução das reservas, principalmente dos emergentes, que queimaram volumes consideráveis para ativar suas economias durante a crise, preocupa a todos. Preocupa ainda mais quando se sabe que, segundo dados do FMI, cerca de 60% das reservas mundiais estão em dólares. Acordos de swap têm sido costurados para estimular o comércio, diante de tais perdas de reservas em dólares. São exemplos os acordos bilaterais entre a China e a Argentina, a Coreia do Sul, a Malásia e a Indonésia, e entre o Brasil e a Argentina.

Se, por um lado, a fragilidade monetária de curto prazo é um sinal de alerta a ser considerado pelos países, por outro, a economia dos Estados Unidos não está morrendo de inanição. Vive dias difíceis, é verdade, mas sua capacidade de reconstrução é, ainda, muito forte. A despeito dos erros cometidos no que se refere à regulação dos mercados e ao cálculo dos riscos, trata-se, ainda, do maior mercado financeiro do mundo e da economia onde há mais inovações tecnológicas do que qualquer outra, o que faz com que para lá fluam enormes volumes monetários. Talvez, a impossibilidade de os Estados Unidos serem superados resida não somente na competitividade de sua economia, mas também na incapacidade de outros países de substituí-los no curto prazo. Talvez, por isso, fale-se numa eventual cesta de moedas, em vez de uma única moeda a substituir o dólar.

Quando se fala em outra potência capaz, voltam-se os olhos para a China, que na última década vem vivendo seu milagre econômico. A China possui cerca de US$ 2 trilhões em reservas internacionais, e a causa de seu temor reside no fato de que boa parte delas encontra-se aplicada em títulos do Tesouro norte-americano. Para minimizar o risco, precisa diversificar a composição de suas reservas. Enquanto isso não ocorre, a China financia os gastos dos Estados Unidos. O temor, entretanto, não é só da China, mas do mundo como um todo, considerado o elevado percentual de reservas em dólar. Para precaver-se de eventuais desvalorizações do dólar, a China, bem como a Rússia – membros do BRIC – sugeriram que os Direitos Especiais de Saque (DES) ou SDR (em inglês), do FMI, por meio de um sistema de compensações com moedas, possam ser aceitos como meio de pagamento nas operações de comércio exterior. Para que os SDR atendam às características exigidas para uma possível moeda de reserva, a reforma do FMI deve estar em andamento. Novas emissões de SDR foram sugeridas após a reunião do G-20, em Londres, quando foi anunciada a injeção de capital no FMI da ordem de US$ 700 bilhões. Boa parte desses recursos serviria para lastrear aquelas emissões. O SDR, hoje, pode ser entendido como um ativo, cuja taxa é determinada por uma cesta de moedas que inclui dólar, euro, libra e iene, mas que não conta nem com o yuan, nem com o rublo. Da cesta atual, o dólar é a moeda com maior participação: 44%. Uma nova cesta, mais representativa, mas com moedas fortes de países emergentes, serviria para minimizar o risco de oscilações abruptas. É o que se espera para novembro de 2010, quando a cesta será revista. Nesse contexto, os países em desenvolvimento devem ocupar o lugar de destaque correspondente ao seu peso econômico no cenário mundial. Convém lembrar que a atual crise surgiu nos países centrais, e que a esperança da retomada do crescimento está depositada justamente nos países emergentes.

Abrir mão do dólar para as transações comerciais tem sido ideia que vem permeando os mais recentes fóruns e encontros multilaterais de âmbito financeiro que envolvem países emergentes. O tema, sugerido recentemente, em Londres, na reunião do G-20, não progrediu. A preocupação maior passou pela regulação dos mercados, pela cooperação internacional, pela transparência e pela reforma do FMI. Novamente, em ocasião posterior, na reunião dos BRICs, em junho de 2009, o assunto veio à tona. A pouca importância conferida a ele ao término da reunião, no entanto, traz duas explicações convincentes. A primeira é que sua ausência na declaração final evitou uma queda no valor dos títulos do Tesouro norte-americano, impedindo, com isso, que os BRICs perdessem reservas. A segunda especula que o assunto tenha sido levantado agora para ser usado como moeda de troca na próxima reunião do G-20, afinal, nela também estarão presentes os membros do G-7, incluindo os Estados Unidos. A estratégia seria fazer uso do tema – alternativas ao dólar – como instrumento de barganha em discussões que envolveriam um maior peso dos países que compõem o BRIC nos organismos financeiros multilaterais, mais propriamente no FMI. Convém, agora, aguardar a próxima reunião dos BRICs, a realizar-se no Brasil, em 2010, para conferir se as diretrizes monetárias do grupo serão mais fortemente defendidas em âmbito mundial.

> "Se, por um lado, a fragilidade monetária de curto prazo é um sinal de alerta a ser considerado pelos países, por outro, a economia dos Estados Unidos não está morrendo de inanição. Vive dias difíceis, é verdade, mas sua capacidade de reconstrução é, ainda, muito forte."

No âmbito regional, com a crise econômica, o cenário tornou-se mais adverso para o Brasil. O crescente protecionismo na América Latina e a falta de liquidez passaram a dificultar a obtenção de resultados mais expressivos por parte do comércio exterior brasileiro, ensejando medidas de estímulo ao comércio bilateral. Enquanto determinados setores exportadores do Brasil perderam espaço relativo no mercado argentino, por conta de restrições variadas e de licenciamentos que deveriam ser automáticos, a China ganhou espaço, ao tecer com a Argentina, em abril de 2009, um acordo de swap cambial no valor de

US$ 10 bilhões, equivalente a 70 bilhões de yuans. O swap, ou troca de moedas, veio para permitir que a Argentina continue a importar bens da China, pagando em yuans. Diante do cenário descrito, o Brasil, por meio do Banco Central, atuou com desenvoltura, trabalhando para a internacionalização do real. Paralelamente ao início da crise mundial, o Banco Central do Brasil mostrou-se na vanguarda do processo de ampliação de liquidez em moeda local, ao operacionalizar com o Banco Central da Argentina, a partir de outubro de 2008, o Sistema de Moedas Locais (SML). O mecanismo de pagamento, facilitador do comércio entre os dois países, é muito bem-vindo, no momento em que o Brasil vem enfrentando dificuldades de acesso àquele mercado e tem ameaçado recorrer junto à Organização Mundial do Comércio (OMC). O SML vem participando de forma crescente nas trocas bilaterais entre os dois países, ainda que inicialmente contemple os pequenos importadores e exportadores. O sistema permite aos agentes pagarem suas transações comerciais de bens em moeda local. Isto significa dizer que, feita essa opção, a operação de câmbio entre importador/exportador desaparece, dando lugar a reais e pesos. Basta o importador pagar em moeda local ao banco habilitado para a operação, observar a taxa de câmbio e aguardar a compensação efetuada, parte a parte, pelo Banco Central de cada país, o que completará o pagamento, em moeda local, ao exportador. Os resultados têm sido satisfatórios, visto que mais da metade das empresas que usaram o sistema voltaram a fazê-lo, sendo que a maior parte das operações corresponde a exportações brasileiras. Nada mais natural quando se considera a eliminação do risco cambial. A ideia, de início, esbarrou apenas na questão costumeira. Comerciar usando dólares tem sido a prática corrente, e dar início a uma nova prática significou uma quebra de paradigma. A despeito da desconfiança inicial, o Banco Central do Brasil demonstrou, por meio do sucesso na operação, que a prática tornou-se uma realidade possível. O que se espera, agora, é que novos países sejam contemplados com os benefícios do SML, como a Índia, por exemplo, país com o qual as negociações estão a iniciar-se. Espera-se, igualmente, que o SML possa abranger novas operações, além daquelas de comércio de bens.

Diante da necessidade de recomposição do comércio com a Argentina, além do SML – criado em 2008 –, duas estratégias, envolvendo o Banco Central do Brasil, foram adotadas em 2009. A primeira delas envolveu a ampliação de mecanismo já existente: o aumento para US$ 1,5 bilhão de operações garantidas pelo Convênio de Crédito Recíproco (CCR). Trata-se de mecanismo disciplinado internamente pelo Banco Central do Brasil, criado no âmbito da Aladi, durante a escassez de divisas na "década perdida" (anos 1980). A outra estratégia envolveu a implementação de novo mecanismo: o swap de moedas. Na operação de swap realizada pelo Banco Central do Brasil e sua contraparte argentina, o Brasil reforçou as reservas internacionais daquele país, em reais, equivalentes a US$ 1,5 bilhão. Tais recursos deverão equilibrar as oscilações do peso perante o dólar, bem como financiar o comércio bilateral. O swap permite aos países trocar suas moedas e facilitar o pagamento de obrigações, sem afetar o volume de suas reservas. O mecanismo deverá ser ampliado a outros países, destacando-se as adiantadas negociações com o Uruguai. A estratégia parece apontar para o real como uma futura moeda regional de referência.

> "Paralelamente ao início da crise mundial, o Banco Central do Brasil mostrou-se na vanguarda do processo de ampliação de liquidez em moeda local, ao operacionalizar com o Banco Central da Argentina, a partir de outubro de 2008, o Sistema de Moedas Locais (SML)."

Talvez a substituição do dólar em escala mundial não seja um tema para o curtíssimo prazo, mas é inegável que a ideia ganha força a cada dia. A dificuldade maior reside provavelmente em conferir credibilidade àquilo que é novo. Adotar uma nova moeda, ou cesta, é confiar plenamente na eficácia de suas atribuições. Não basta a pujança econômica de um país ou grupo de países. A credibilidade é que produz a moeda. Enquanto isso, o Banco Central do Brasil vai cumprindo com sucesso sua tarefa.

*Economista, conselheiro da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), diretor da Federação das Câmaras de Comércio Exterior e diretor da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China

>> Acesse o blog do Sinal e participe das discussões, enviando seus comentários

Atenção: este blog institucional foi disponibilizado para permitir maior interação entre a categoria, seus anseios e seus representantes. O Blog está aberto à participação de todos e os comentários aqui postados serão liberados após análise da equipe que mantém esta ferramenta. Por ocasião da primeira postagem, o autor será consultado para confirmar a autoria; desta forma, somente serão liberados os comentários que contiverem e-mails válidos.

Um poderoso fiscal da natureza

Grupo de Trabalho recém-criado tem 90 dias para organizar área de responsabilidade socioambiental do Banco, nos moldes do BNDES

Está definitivamente comprovado que a humanidade não vive bem, apesar de consumir com sofreguidão os recursos naturais da terra. Esse consumo seria 30% maior do que a capacidade de recomposição da natureza, estimam ambientalistas preocupados com o futuro do Planeta. No entanto, 1,4 bilhão de pessoas continuam vivendo abaixo do nível de pobreza. Para atenuar essa desigualdade, caso sejam mantidos os atuais processos produtivos e o consumo desenfreado de poucos, o desgaste dos recursos naturais terá de chegar ao extremo.

Alertas insistentes também mostram que não há mais lugar para a maquiagem de balanços ou discursos sustentáveis vazios. É preciso urgentemente alterar a lógica do desenvolvimento econômico, defendem os ambientalistas. É essa discussão que dará o tom da 15ª Conferência das Partes (COP-15) da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança de Clima e da 5ª Reunião das Partes do Protocolo de Quioto, que serão realizadas no mês de dezembro, em Copenhague, na Dinamarca.

No teatro das mudanças climáticas e do aquecimento global, um dos personagens principais são os Bancos Centrais. Por isso, muitos veem com bons olhos a decisão do Banco Central do Brasil de, finalmente, criar uma área de Responsabilidade Socioambiental. Eles sabem do poder de fato que tem o "xerife" das instituições financeiras de reorientar as atividades econômicas e até, quem sabe, dar um final feliz para o aquecimento global e as mudanças climáticas, por conta das pressões para um maior comprometimento do mercado financeiro com o desenvolvimento sustentável.

BC entra em ação

Até o fim do ano, o Banco Central já terá definido a estrutura que será adotada no novo departamento. Um Grupo de Trabalho, criado no início do mês de maio, está elaborando a proposta de estrutura e de atribuições da nova área. "Seus integrantes têm 90 dias para encaminhar à direção do Banco um arcabouço concreto de seu formato", revelou o secretário-executivo do BC, Sérgio Lima. Ele explicou que o BC pretende estruturar uma área de Responsabilidade Socioambiental semelhante à do BNDES, pelo menos, no que diz respeito à estrutura organizacional. "O presidente do Banco, Henrique Meirelles, me pediu total dedicação a isso", assinalou Sérgio Lima, acrescentando que a iniciativa nasceu de reiteradas queixas do presidente do BC de que só havia cobranças relativas à taxa de juros que regula a Selic, e nunca sobre políticas em defesa da terra.

O programa de desenvolvimento socioambiental do BNDES, que chegou a ser desmantelado numa determinada época, é parte integrante da diretriz estratégica da agência de fomento governamental e, portanto, tem reflexos diretos na sua política de crédito. Ou seja, o BNDES usa o seu poder financeiro para condicionar seus financiamentos, ou mesmo empréstimos, a uma rigorosa análise ambiental dos projetos que solicitam crédito.

O Banco estatal também oferece suporte financeiro a empreendimentos que tragam benefícios para o desenvolvimento sustentável. Além

> "É importante o Banco assumir institucionalmente o seu envolvimento com as ações socioambientais, porque ele é o órgão de supervisão de formulação da política econômica."
>
> SÉRGIO LIMA
> Secretário-executivo do BC

disso, reforça a política ambiental por meio de ações internas e de protocolos em que firma o compromisso público de promover o desenvolvimento em harmonia com o equilíbrio ecológico.

No caso do BC, a forma de atuação é outra: ele pode normatizar e regulamentar todas as operações de crédito no país, assim como controlar a sua aplicação, fato que realmente faz a diferença. No mundo inteiro, os ambientalistas e as próprias sociedades têm exigido alterações tanto na regulação quanto na fiscalização das atitudes das instituições financeiras, assim como alterações na estrutura interna delas, para atender a um novo modelo institucional. "É importante o Banco assumir institucionalmente o seu envolvimento com as ações socioambientais, porque ele é o órgão de supervisão de formulação da política econômica", disse Sérgio Lima. Outra necessidade que impele o Banco a criar uma área específica é a necessidade de sistematizar as ações

RESOLUÇÃO 3445

Poder para apagar o fogo

Só a Resolução 3445, do Conselho Monetário Nacional (CMN), teve o poder de reduzir o desmatamento na Amazônia, de acordo com o ministro Carlos Minc. O diretor de Políticas de Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente, Mauro Oliveira Pires, afirma que a Resolução de 2008, que só libera crédito mediante a apresentação de documentos que comprovam a regularização fundiária e ambiental, teve um baque tão profundo que até hoje há pressões para derrubá-la. "Mas resistimos, e ela foi mantida." No mês passado, foram feitas pequenas mudanças no seu texto para facilitar a vida do agricultor familiar, que, agora, só precisa apresentar como documento a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

Na avaliação de Fátima Tosini, analista da área de Fiscalização do BC, a Resolução é pioneira e teve a importância concreta de instigar o BC a entrar na área. Contudo, ainda não há instrumentos de controle de sua aplicação ou penas para quem infringi-la. "O CMN criou a Resolução, cabe ao BC fiscalizar. Mas alguém já cobrou ao Banco a criação de sistemas de controle? Ou melhor, qual o sistema de controle que o BC está utilizando? O Banco introduziu o assunto no escopo da fiscalização da gerência de Crédito Rural?", questiona Fátima, que está temporariamente afastada, por conta do doutorado em Crédito Rural, pela Unicamp.

De acordo com informações da Secretaria de Políticas Econômicas, do Ministério da Fazenda, e com avaliações internas do próprio Ministério do Meio Ambiente, a taxa de desmatamento caiu em 40% no segundo semestre do ano passado, se comparado ao mesmo período do ano anterior. "Houve também uma queda de 30% nos empréstimos", disse Mauro Pires, acrescentando que "muita gente (produtor rural) nem chegou a ir às portas dos bancos." Segundo Pires, a Resolução do CMN, aliada a um conjunto de ações, a exemplo do Decreto 6321, que estabelece a lista de municípios prioritários no combate ao desmatamento, foi essencial e estratégica para impedir que a taxa de desmatamento explodisse. "Esses municípios estão impedidos, também, de fazer qualquer pedido de desmatamento", disse.

Visite o Portal SINAL

www.sinal.org.br

Cruzada contra o cartel do dinheiro de plástico

Preocupado com a falta de regulamentação desse mercado, que movimenta 400 bilhões por ano, governo prepara proposta para o fim de setembro

O governo planeja adotar, a partir de setembro, uma série de medidas para conter a alta concentração de bandeiras de cartões de crédito e débito, que movimentam anualmente a bagatela de R$ 400 bilhões. O Ministério da Justiça sabe que não será nada fácil domesticar as empresas que operam nesse mercado. "A concentração no setor é muito grande. Redecard e Visanet respondem por quase a totalidade das operações. O lucro delas é enorme, dificilmente vão querer mudar as regras do jogo", ponderam autoridades do MJ, em resposta a perguntas feitas pela **Por Sinal**. Mesmo sabendo que encontrará forte resistência, o governo espera conseguir regulamentar o setor, e vem discutindo de que forma vai fazer isso.

O movimento pela abertura do mercado dos meios eletrônicos de pagamento, assustadoramente verticalizado, começou por pressão do mercado varejista e já conta com o apoio de alguns senadores. Enquanto o governo se articula para tentar quebrar o oligopólio de duas bandeiras – a Visanet e a Redecard – o senador Adelmir Santana (DEM-DF) se empenha, por exemplo, na aprovação de uma emenda à Medida Provisória 460/2009, que permita ao cliente ter desconto nas compras à vista.

O parlamentar reconhece que o artifício é proibido pelo Código de Defesa do Consumidor (Procon), mas acredita ser essa a única forma de derrotar o subsídio cruzado embutido no preço dos produtos. O subsídio é utilizado pelo comércio varejista para pagar as despesas muito altas com os cartões de crédito e débito. "Os preços estão inflados", diz o senador. Segundo ele, os consumidores pagam pela manutenção do sistema, principalmente os mais pobres, que nem utilizam cartões. O parlamentar acrescentou que, com isso, espera pavimentar o caminho para a cobrança de taxas mais civilizadas.

Mercado ocupado

Preocupado com a falta de regulamentação desse mercado, o Banco Central publicou, em março deste ano, um Adendo Estatístico ao "Diagnóstico do Sistema de Pagamentos de Varejo do Brasil", que estará aberto à consulta pública até o dia 30 de setembro deste ano, quando será elaborado um novo relatório e uma proposta de regulamentação do mercado de dinheiro de plástico. O estudo foi realizado pelo BC e pelas secretarias de Acompanhamento Econômico e de Direito Econômico, dos Ministérios da Fazenda e da Justiça, respectivamente.

As principais conclusões do Adendo Estatístico apontam para a continuidade do aumento da utilização de dinheiro vivo e dos instrumentos eletrônicos de pagamento, com a consequente redução na utilização do cheque. Foi identificado, ainda, um aumento da concentração do mercado em duas instituições: Visa e MasterCard. De 2002 a 2007, o número de transações da bandeira Visa cresceu 220% e da MasterCard, 201%. As demais bandeiras, juntas, cresceram cerca de 180%, sendo que uma delas apresentou taxa de crescimento negativa de 1%.

De 2007 a 2008, os cartões aumentaram de 50,3% para 53,8% a

sua participação no total de pagamentos no varejo. Nas transações de valor unitário inferior a R$ 5 mil, o aumento da participação relativa dos cartões foi ainda maior, passando de 55%, em 2007, para 59% em 2008. No primeiro trimestre de 2002, a quantidade de transações com cartão de crédito foi de 195 milhões. No quarto trimestre de 2007, já somavam 603 milhões. Um crescimento de 209%!

PROBLEMAS RECORRENTES NOS CARTÕES DE CRÉDITO
Cobrança indevida
Contrato (não-cumprimento, alteração, transferência, irregularidade etc.)
Cálculo de prestação/taxa de juros
Cálculo de prestação em atraso

OS MAIS RECLAMADOS NA ÁREA DE ASSUNTOS FINANCEIROS
1. Cartão de crédito
2. Banco comercial
3. Financeira
4. Outros contratos
5. Estabelecimento/loja – Compra a prazo

Fonte: Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça - Sindec)

Guerra judicial

Estimular a concorrência no setor de cartões de crédito e débito não será tarefa fácil. Até agora, as negociações entre o governo e a indústria de cartões não avançaram. Tem quem aposte que a guerra vai parar nos tribunais. Um relatório confidencial encaminhado pelos comerciantes ao senador Adelmir Santana atesta que há uma verdadeira batalha de bastidores entre as associações da rede varejista e a indústria de cartões de crédito. O dinheiro de plástico nem sequer pode ser fiscalizado pelo BC.

Um dos projetos do senador é exatamente transformar essas redes em instituições financeiras ou ligá-las às que estão por trás delas, para que o Banco Central possa ficar de olho nas suas atividades. Esse projeto já foi aprovado em algumas comissões, mas o próprio parlamentar acredita que tudo será resolvido, este ano, através de Medida Provisória.

Nessa guerra particular, os comerciantes reconhecem que aumentam os preços dos produtos para pagar as chamadas "taxas de intercâmbio". Dizem, ainda, que até há pouco tempo as bandeiras foram vitoriosas na guerra judicial, pelo menos nos Estados Unidos. Só a partir de 2005, a maré começou a tomar outro curso. Naquele ano, cerca de 50 ações foram ajuizadas nos EUA por associações de comerciantes contra as redes Visa e MasterCard e diversas instituições financeiras por trás das bandeiras. As acusações eram de formação de cartel para a determinação da taxa de intercâmbio e abuso de poder econômico, entre outras.

O desenrolar dos trabalhos no Senado norte-americano pode indicar caminhos para a regulação do setor. Já na União Europeia, foi apresentado um "Statement of Objections" à MasterCard, em junho de 2006, questionando as taxas de intercâmbio. Paralelamente, a Comissão Europeia conduziu uma "financial services sector competition inquiry" sobre diversos temas relativos aos cartões de pagamento. As conclusões do relatório final, publicado em janeiro de 2007, assustaram: mercados excessivamente concentrados, variações significativas de taxas de desconto e de intercâmbio entre países diferentes, altas margens de lucro, cooperação entre bancos potencialmente prejudicial a consumidores e indícios de venda casada.

O primeiro país a adotar algumas medidas, influenciado pelas investigações, foi a Polônia. Ele proibiu as taxas de intercâmbio, em função dos prejuízos provocados a consumidores e pequenas e médias empresas. Já na Austrália, o Reserve Bank of Australia estabeleceu um teto para elas e passou a permitir expressamente a cobrança diferenciada sobre as compras feitas com dinheiro ou cartões de crédito. Outros países também adotaram a cobrança diferenciada de preços: Suécia, México e Holanda. Eles argumentaram que, com a medida, estavam protegendo o consumidor que não utiliza os cartões como meio de pagamento.

Mercado brasileiro

No Brasil, apenas aparentemente todos aceitam as taxas de administração e de intercâmbio cobradas pelas redes de cartões de crédito e débito. Diversas associações civis continuam lutando contra as práticas de juros abusivos e extorsivos. Aliás, no ano passado, a indústria de cartões de crédito continuou no ranking das empresas mais reclamadas no Procon. De acordo com o Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec), do Ministério da Justiça, em 2008, apenas o cartão de crédito respondeu por 11,1% (80,4 mil) do total de 724 mil demandas recebidas pelos Procons de 23 estados e do Distrito Federal, seguido da telefonia móvel (10,8%) e fixa (10,3%).

No estudo do governo, ficou evidente, a partir da análise dos dados do Sindec, que as questões de cobrança e de contrato encabeçam os problemas. "Sua grande incidência, combinado com a ineficiência dos canais de atendimento aos consumidores, indica uma conduta lesiva e sistemática das empresas", diz o documento. Seus autores revelam, ainda, que o processo de apuração dos débitos dos consumidores apresenta falhas reiteradas e jamais corrigidas pelos fornecedores.

Entre as principais falhas apontadas, de dezembro de 2005 a dezembro de 2008, estão: o desrespeito à oferta de isenção de anuidade; embutir nos débitos a cobrança de seguros que não foram contratados pelo consumidor; pouca clareza nos critérios adotados para o cálculo dos acréscimos decorrentes de atraso no pagamento ou resultantes da adoção do parcelamento rotativo.

Já as taxas cobradas aos comerciantes seriam de 1% ao mês, tanto na rede Visa quanto na MasterCard, em 2002, de acordo com o relatório dos comerciantes. Há divergências, porém: o Procon-DF revela, por exemplo, que as taxas de administração variam de 3% a 4%. Nos EUA, a média é de 2,1% (Visa) e 2,5% (Amex). Outro problema para os comerciantes brasileiros é o prazo do repasse do dinheiro. Nos EUA, a média é de dois dias após a venda. Aqui, o comerciante leva 30 dias para ver a cor do dinheiro.

Há também discussões calorosas envolvendo a prática do oligopólio. O estudo das autoridades brasileiras informa que a regra de *honor all cards*, na sua forma mais fraca (aquela em que o estabelecimento aceita o produto independente do emissor), não tem sido questionada nos países analisados: Austrália, Reino Unido, México, Holanda, Chile e Estados Unidos. Mas, no Chile, a única empresa credenciadora dava como única opção aos estabelecimentos comerciais a aceitação de todos os cartões apenas de bandeiras presentes no país. Após a intervenção das autoridades, foi permitida somente a regra na chamada "forma fraca".

Essa decisão foi tomada também pelas autoridades da Austrália e do México. No Reino Unido, a

"Nessa guerra particular, os comerciantes reconhecem que aumentam os preços dos produtos para pagar as chamadas "taxas de intercâmbio". Dizem, ainda, que até há pouco tempo as bandeiras foram vitoriosas na guerra judicial, pelo menos nos Estados Unidos."

"Relatório confidencial encaminhado pelos comerciantes ao senador Adelmir Santana (DEM-DF) atesta que há uma verdadeira batalha de bastidores entre as associações da rede varejista e a indústria de cartões de crédito."

forma forte foi considerada abuso de poder de mercado na entrada dos cartões de débito Visa, quando o banco Barclays chegou a descredenciar dois comerciantes. Nos Estados Unidos, ela deu lugar a um grande processo, encabeçado pelo Wal-Mart, culminando em acordo pelo qual Visa e MasterCard pagaram indenizações bilionárias e levando à modificação da regra para a versão "fraca", em 2003.

Lucros extraordinários

A Secretaria de Direito Econômico (SDE), por meio do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, instaurou, no dia 16 de julho deste ano, um processo administrativo contra a Redecard, para apurar suposto abuso de poder de mercado com relação aos chamados "facilitadores". A denúncia partiu da Associação Brasileira de Internet (Abranet), em 28 de maio de 2009. Os facilitadores são agentes que operam no comércio eletrônico. Eles oferecem aos usuários cadastrados em seu *site* a realização de transações eletrônicas sem repassar às lojas virtuais suas informações financeiras (tais como a conta bancária ou o número do cartão de crédito).

Ao mesmo tempo, os fornecedores recebem os pagamentos sem a necessidade de se credenciar junto às diferentes empresas de cartão de crédito. Exemplos dos chamados facilitadores são: Paypal (Ebay); MercadoPago (MercadoLivre); PagSeguro (UOL); e Pagamento Digital. De acordo com a SDE, há indícios de imposição de cláusulas comerciais abusivas e anticoncorrenciais da Redecard aos facilitadores, impondo a mesma verticalização existente no mercado tradicional para o comércio eletrônico.

As principais mudanças do contrato de credenciamento e adesão de estabelecimento virtual proposto pela Redecard são: necessidade de credenciamento de todos os fornecedores (chamados de "lojas virtuais") ao Sistema Redecard; obrigação dos facilitadores de fornecer à Redecard a lista de seus clientes; cessação de liquidação financeira por parte do facilitador, passando essa atividade a ser feita unicamente pela Redecard; e obrigação da utilização da plataforma Komerci da Redecard pelos facilitadores para o roteamento, transmissão e processamento das transações comerciais.

Todas essas alterações requeridas pela Redecard foram proibidas pela SDE em medida preventiva, tomada devido aos fortes indícios de infração à ordem econômica e à iminência de dano irreparável ao mercado.

ARTIGO

José Vieira Leite (*)

Qualidade de Vida no Trabalho

Nova moda ou novo modo de gestão empresarial?

Toda pessoa que, hoje em dia, trabalha sabe que, de tempos em tempos, tem novidade no mundo do trabalho. Círculos de Controle de Qualidade, gestão *just-in-time*, reengenharia são alguns dos nomes de modas em Administração de Empresas que, no tempo recente, estiveram entre nós. Tem quem ache – e é gente de peso – que há uma necessidade de, tempos em tempos, nomearem-se ou renomearem-se experiências ou experimentos de gestão corporativa, em um movimento que teria como lógica essencial o mudar para manter. Vale dizer, haveria muito mais novas modas do que novos modos de gestão organizacional e do trabalho.

Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) tanto pode ser uma nova moda quanto um novo modo de gestão.

É uma nova moda, atualmente em voga, quando se encontra inteiramente circunscrita à dimensão da reposição das forças objetivas e subjetivas de quem trabalha. É a QVT compensatória, que tão-somente prepara o trabalhador para o cumprimento de um novo ciclo de trabalho no qual ele irá defrontar-se com as mesmas condições que produziram a busca de compensação. Atividades de relaxamento, de combate ao estresse e de lazer – como, por exemplo, a prática de ioga, massagem, dança de salão – localizam-se nesse terreno. É pertinente assinalar que tais atividades, assim como um expressivo conjunto de alternativas hoje oferecidas pelas organizações a quem nelas trabalha, são todas muito bem-vindas, representando um avanço importante nas relações empresa/empregado. O problema reside, então, no fato de essa iniciativa não vir acompanhada de ações que modifiquem positivamente a realidade de trabalho. QVT neste viés é de natureza paliativa, pois trata o desgaste do trabalhador como aquela velinha de aniversário que a gente apaga e, em seguida, ela reacende.

Por outro lado, QVT é um novo modo de gestão

do trabalho, hoje ainda pouco praticado, quando altera, de forma positiva, as condições, a organização e as relações socioprofissionais de trabalho. É a QVT preventiva, que busca o casamento entre produtividade e bem-estar, que se expressa por verbalizações do tipo: "Hoje trabalhei bastante. Estou me sentindo cansado, mas feliz." Nesse enfoque, a necessidade de atividades do tipo antiestresse, típicas da QVT paliativa, tende a ser residual e assume um caráter secundário em um Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT).

Implantar um PQVT de feição preventiva requer planejar ações em diferentes campos. Uma nascente abordagem, a Ergonomia da Qualidade de Vida no Trabalho, com base em estudos e intervenções nas organizações, tem indicado duas dimensões estratégicas. A primeira situa-se na esfera da transformação positiva da cultura organizacional, ou seja, é primordial uma reciclagem de valores e crenças, hoje centrados quase que exclusivamente na produtividade e no desempenho dos trabalhadores. Nesse caso, a comunicação organizacional tem papel de destaque. A segunda dimensão diz respeito às mudanças nas condições (ex.: posto de trabalho), na organização (ex.: regras, rotinas, procedimentos) e nas relações socioprofissionais de trabalho (ex.: interações hierárquicas).

Nesse contexto, é imperativo resgatar o paradigma da participação efetiva dos trabalhadores na vida das organizações. A participação não pode e não deve ser estratégia de sedução para a melhoria de performances e, consequentemente, aumento da produtividade. Ela precisa ser um valor que permeia a cultura organizacional e estrutura práticas de trabalho e gerenciais. Ela é efetiva quando de fato distribui o poder e cada trabalhador pode opinar, planejar, executar, avaliar e replanejar as tarefas, os objetivos organizacionais. Dois ingredientes são inerentes ao pressuposto da participação como requisito de QVT preventiva: autonomia responsável e liberdade de criação.

Aprimorar, na direção da melhoria efetiva da QVT de quem trabalha, revela-se, assim, não apenas uma nova moda, mas também um novo modo de gestão do trabalho. Suprimir ou, ao menos, diminuir a distância presentemente existente entre tais nova moda e novo modo deve ser um compromisso das instituições socialmente responsáveis, de todos aqueles que, dia após dia, nelas trabalham.

*Servidor público (BCB), pesquisador (UnB), pós-doutor em Ciências Humanas (PUC–Rio) – jose.leite@bcb.gov.br e jose.v.leite@hotmail.com

"No governo Lula, houve um esforço impactante de recuperar a máquina pública"

Para o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva Ferreira, a crise atual se encarregou de jogar por terra o mito do inchaço da máquina pública, tão a gosto de economistas de plantão e parlamentares da oposição. Ele garante que o governo vai continuar investindo na recuperação do Estado, reforçando seu papel de provedor de serviços públicos de qualidade à maioria da população. O secretário não é um estranho no ninho. Durante muito tempo foi dirigente sindical dos servidores públicos, participando da direção da CUT. À frente da Secretaria desde 2007, ele é um negociador hábil, que empenha boa parte do seu tempo em exaustivas negociações, buscando melhorar a interlocução entre o governo e as várias entidades representativas dos servidores públicos. A tarefa não é nada fácil, mas ele não desiste: enfrenta divergências, reafirma posições, cede em alguns casos, enfim, há dois anos não faz outra coisa senão fechar acordos. Nesta longa entrevista, Duvanier discutiu vários assuntos, alguns polêmicos, de interesse dos servidores federais.

Com a crise econômica, voltou a pressão para o governo reduzir os gastos. E a pressão é sempre para se cortarem reajustes e reduzir o número de funcionários federais. Ao mesmo tempo, há uma necessidade concreta de fazer a máquina pública funcionar, até porque existem problemas de sucateamento em algumas áreas. Como é que o governo pensa em resolver essa questão?

Desde o primeiro mandato do presidente Lula, em 2003, houve uma inversão no olhar sobre qual é o papel do Estado. Se governos anteriores, de corte neoliberal, veem o Estado ainda como o Estado mínimo – e a própria crise internacional hoje mostra o quanto estão esgotadas essas políticas –, no nosso governo, houve um esforço impactante para recuperar a máquina pública. E recuperar em vários pontos de vista. Em primeiro lugar, na capacidade de produção de serviços públicos. Quase cem mil novos servidores foram contratados com concurso público só no primeiro mandato do presidente. Há grande programa de substituição de terceirizados e de expansão das universidades brasileiras. Há, ainda, vários órgãos, especialmente os de maior capilaridade e de proximidade com o povo, como é o exemplo da Previdência Social. Houve uma recuperação importante em termos de quantidade de serviços prestados à população, mas também da qualidade desses serviços.

Hoje, o que vemos é um Estado sendo reconstruído,

sendo preparado para prestar serviços públicos de qualidade e, também, finalísticos. Porque os defensores do Estado mínimo sempre pregaram que o Estado tinha de atuar apenas nas chamadas atividades exclusivas, por exemplo, Fisco, Justiça e Polícia, quando sabemos da importância de todo o setor público para o desenvolvimento econômico do país. E a prova do acerto da política é exatamente como a própria crise mundial encontrou o Brasil: com uma economia estabilizada, com uma política sustentável, e isso tem a ver com a participação do setor público nas garantias de avanço do desenvolvimento econômico e social do país. Tem a ver com o tamanho do Estado, tem a ver com o papel do Estado – o Estado provedor de serviços públicos, garantidor de qualidade de vida para a maioria da população.

■ O próprio Banco Central enfrenta problemas de falta de funcionários, de esvaziamento de alguns departamentos. Até porque muitos vão se aposentar! O Sinal está fazendo uma enquete no seu site, perguntando quando o funcionário pretende sair, para saber o que vai faltar. Há algum planejamento, algum acordo do BC, especificamente, de recomposição do seu quadro de pessoal?

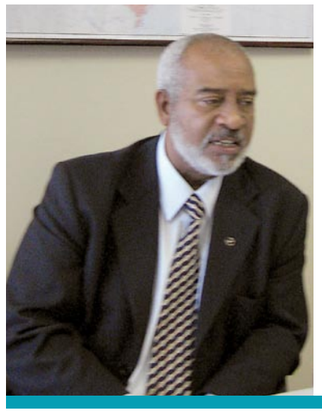
Existe um processo bastante importante de planejamento do desenvolvimento da força de trabalho da União. Mas, antes de falar sobre isso, gostaria de retomar a questão anterior para concluí-la, citando um estudo importante que o Ipea fez justamente sobre o mito do inchaço da máquina pública no Brasil e, também, do gasto com pessoal. É um estudo que vale a pena todos conhecerem porque mostra, comparando o Brasil com os principais países, o quanto o setor público aqui ainda está abaixo da maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. O sindicato dos servidores do Banco Central acompanhou todo esse processo e viu como foram significativas as quatro Medidas Provisórias enviadas em 2008 para o Congresso, que reajustaram a estrutura revogatória de praticamente todas as áreas responsáveis pelo funcionamento do Estado. Com esse investimento – e isso é investimento em que você recupera estruturas salariais quando reorganiza as carreiras –, a gente está trabalhando para que o Estado tenha a capacidade de intervenção na economia, capacidade de gestão, e, portanto, melhorando a qualidade dos serviços públicos prestados.

É claro que todo o programa de recomposição da força de trabalho do pessoal civil da União sofreu um reajuste no presente momento, com a crise internacional, na medida em que nós temos de ter cuidado em relação ao avanço dos gastos com pessoal, ainda que esses gastos estejam, por exemplo, comparando com relação ao PIB, iguais aos de 2002. Isso, mesmo tendo um nível bastante importante de recuperação salarial em torno dos servidores. Então, a recomposição existe, é uma atribuição que é compartilhada entre a Secretaria de Recursos Humanos e a Secretaria de Gestão. Várias áreas do governo continuam fazendo concurso, só que esses concursos estão sendo autorizados de forma seletiva, atendendo às prioridades do governo federal, que são: o grande programa de substituição dos terceirizados e a expansão das universidades.

■ Os servidores do BC estão apreensivos. Querem saber se diante dessa pressão para diminuir os gastos públicos, o governo vai realmente cumprir todo o acordo de negociação salarial. Principalmente em relação à parcela de 2010.

Na verdade, essa é uma pergunta importante, porque nos dá a oportunidade de fazer um debate, que é, digamos, politicamente importante. Em nenhum momento, o governo cogitou não cumprir acordos. Porque nós estamos passando por um processo de reeducação no relacionamento do Estado com os servidores, através das suas entidades representativas, que são os sindicatos. O servidor público, durante muitos anos, teve negados seus direitos fundamentais enquanto classe trabalhadora, que é de se organizar em sindicato, ter direito de liberdade de mobilização, direito de greve e, especialmente, direito à negociação. Ainda estamos por superar isso, historicamente. Por conta dessa situação, os servidores desenvolveram, digamos, um padrão de ação política que sempre pendia mais para o lobby no Congresso.

O processo de negociação é relativamente novo, foi inaugurado no nosso governo, a partir do primeiro mandato do presidente Lula, e todas essas negociações ainda não estão consolidadas do ponto de vista institucional, por mais que a gente tenha uma Mesa Permanente de Negociação funcionando desde 2003 – sendo que, a partir de 2007, e em 2008, esse processo viveu grandes momentos. Mas também foi um processo que trouxe importantes ensinamentos, tanto para o governo, para os gestores, quanto para os dirigentes sindicais que representam os servidores federais.



"O servidor público, durante muitos anos, teve negados seus direitos fundamentais enquanto classe trabalhadora, que é de se organizar em sindicato, ter direito de liberdade de mobilização, direito de greve e, especialmente, direito à negociação."

"Estamos convencidos de que a democracia na relação de trabalho concorre para a qualidade dos processos de trabalho. E sabemos que, se não institucionalizada a negociação coletiva, em outros momentos da História os governos não se obrigarão a negociar com os servidores."

O governo nunca cogitou não cumprir acordos – e acordo é para ser cumprido, não só pelo governo, mas também pelos sindicatos. Na primeira crise que enfrentamos, envolvendo termos de compromissos firmados com os sindicatos, tivemos o exemplo de como politicamente isso deve ser tratado. E foi exatamente em 2007, quando caiu a CPMF. Já tínhamos nove termos de compromissos assinados com sindicatos e, de repente, o Congresso retira R$ 40 bilhões do orçamento de 2008, o que não é pouco. Todo o programa, todos os compromissos assumidos com a negociação tiveram de ser renegociados. A posição do governo foi a de chamar os sindicatos para a Mesa novamente e, dos nove acordos, oito foram renegociados. Apenas um não foi: o acordo da advocacia pública. E aí eles entraram em greve, exigindo o cumprimento, mas não tinha como.

Desta vez, durante todo o primeiro semestre de 2009, a imprensa, os sindicatos, os consultores levantaram, repetidas vezes, a possibilidade de o governo não cumprir os reajustes previstos para agora, mês de julho. Se não me falha a memória, ainda no mês de abril, o ministro Paulo Bernardo convocou todos os sindicatos para dizer que, efetivamente, o governo tinha dificuldades – e continua a ter – com a queda de arrecadação. Mas que, se os reajustes previstos para julho de 2009 e todos os acordos feitos com os sindicatos estiverem inviabilizados, de alguma forma, pelo avanço da crise, pela queda acintosa da arrecadação, isso será objeto de debate no Congresso.

■ Qual é a sua opinião sobre a Mesa Nacional de Negociação Permanente e sobre a convenção 151 da Organização Nacional do Trabalho e a negociação coletiva? Ou melhor, quais serão os atores desse processo?

O tema da institucionalização da negociação coletiva integra a principal parte da nossa estratégia. Talvez seja a mais importante das nossas missões aqui na Secretaria. Nós temos a determinação de trabalhar para a institucionalização da negociação coletiva do setor privado. A Mesa de Negociação é um instrumento extremamente importante. Já há exemplos na História brasileira de que o servidor público precisa, sim, de ter direito à negociação, de ter consolidadas as conquistas da Constituição de 1988, que são os direitos de greve e de organização sindical. Acabamos de conversar, respondendo à pergunta de vocês, sobre a necessidade de um novo olhar para o papel do Estado brasileiro, que é o do Estado provedor de serviços públicos de qualidade. É um Estado democrático de direito, e, portanto, pressupõe relações de trabalho entre servidores e Estado também democráticas. Estamos convencidos de que a democracia na relação de trabalho concorre para a qualidade dos processos de trabalho. E sabemos que, se não institucionalizada a negociação coletiva, em outros momentos da História, os governos não se obrigarão a negociar com os servidores. Pergunto: quantos governadores e quantos prefeitos se obrigam a negociar com seus servidores? Muito poucos. A Constituição Brasileira completa 21 anos em 2009, e ela diz que o servidor público tem direito a negociar, tem direito a fazer greve e tem direito de se organizar em sindicatos. Nós defendemos que quem pode o mais, pode o menos. Se uma categoria profissional pode se organizar em sindicato, está dito que a greve é um direito constitucional, inclusive para o servidor público. Como é que a gente pode pressupor que negociação não pode? Então, achamos que negociação é constitucional. E a Mesa de Negociação Permanente aqui no governo federal é para criar um paradigma da democratização nas relações de trabalho do Estado brasileiro com seus servidores. Mas também precisamos, de forma compartilhada com as organizações sindicais, enfrentar esse desafio, de fazer o Congresso Nacional finalmente institucionalizar a negociação coletiva, exigir que todos os governos tenham uma postura democrática com os seus servidores. Essa é uma parte importante da nossa estratégia até o final deste segundo mandato do presidente Lula.

■ O governo vai enviar ao Congresso um projeto de lei regulamentando o direito de greve do funcionalismo público?

A Constituição brasileira, como disse, reconhece o direito de greve e o direito de organização sindical dos servidores. Mas até hoje vigoram opiniões – tanto do Judiciário quanto de vários segmentos da sociedade, entre eles, os administrativistas – de que não cabe a negociação. Nós temos, desde o segundo semestre de 2007, um grupo de trabalho com as entidades nacionais, que representam os servidores federais. Esse grupo de trabalho vem discutindo e preparando o que fazer para institucionalizar a negociação coletiva e, também, a regulamentação do direito de greve, que é uma exigência constitucional. O direito de greve está assegurado constitucionalmente, mas a Constituição coloca que esse é um direito que deve ser exercido nos limites da lei, e, portanto, exige uma regulamentação.

Hoje, nós estamos numa situação em que não interessa nem aos gestores públicos e governos, nem aos servidores e seus sindicatos: a exigência do Supremo Tribunal Federal de aplicar para o servidor público a lei de greve do setor privado, a Lei 7.783. Essa é uma lei inadequada para regular a relação de trabalho entre servidores e o Estado, porque não consegue dar o tratamento adequado para os conflitos que são inerentes à relação de trabalho. Esse vazio jurídico tem criado situações de conflito. Portanto, achamos que precisamos, sim, regulamentar o direito de greve. Isso será uma conquista para os servidores e, também, um ganho importante para os gestores públicos. O grupo de trabalho está concluindo as suas atividades. A ideia é fazer um projeto de lei de tratamento dos conflitos. Um projeto de lei que, ao mesmo tempo, assegura processos institucionalizados de negociação, dá liberdade sindical e, portanto, dá garantias para o exercício do mandato sindical e ainda regulamenta o direito de greve. Esse é o desafio da conclusão do grupo de trabalho. Esperamos...

"Nós estamos numa situação em que não interessa nem aos gestores públicos e governos, nem aos servidores e seus sindicatos: a exigência do Supremo Tribunal Federal de aplicar para o servidor público a lei de greve do setor privado, a Lei 7.783."

■ Tem algum prazo esse projeto?

Acho que o prazo é político. Se não tivermos a competência política de produzirmos um acordo em relação a essa matéria, ele não sai.

■ Acordo com o quê? Qual é o nó nessa história?

O movimento sindical ainda tem uma desconfiança em relação à regulamentação do direito de greve. Acha que regulamentar significa diminuir os direitos. Mas é preciso reconhecer que o atual quadro de indefinição jurídica não favorece a organização dos servidores. Portanto, queremos fazer a regulamentação para garantir o exercício do direito constitucional. Mas é preciso reconhecer que o direito de greve do servidor público vai estar subordinado a um direito maior, que é a indisponibilidade dos interesses coletivos. Portanto, o servidor público não vai poder exercer seu direito constitucional de greve em detrimento dos interesses

da sociedade. E a lei é maior, ela serve para isso mesmo. É verdade que, ao regulamentar, haverá parâmetro para o exercício do direito. Mas, se estamos falando de uma legislação que assegura o direito e que, ao mesmo tempo, preserve a liberdade sindical de organização, vamos fazer, na justa medida, para assegurar os direitos coletivos. Uma greve não pode, de forma alguma, significar prejuízo para a população.

■ Outra questão polêmica é a Lei 11.648, que regulamenta as centrais sindicais. A avaliação do Sinal é que ela, em muitos aspectos, acaba esvaziando os sindicatos independentes, como muitos sindicatos de servidores públicos. Na verdade, foi desenhada para favorecer o *status quo* reinante do governo, para que as centrais se fortalecessem. Porque, quem se beneficiou mais foram a CUT e a Força Sindical. E ela não permite, por exemplo, que os servidores públicos se juntem e criem uma central. Qual a sua avaliação dessa Lei?

Vocês me conhecem, sabem que eu vim da Central Única dos Trabalhadores. Fui dirigente da CUT, fui dirigente sindical de servidores públicos, fui funcionário de um grande hospital do Estado de São Paulo durante 19 anos. Entrei para a diretoria do sindicato dos trabalhadores do setor público. E a CUT tem esse nome porque, quando foi fundada, no início da década de 1980, significava, historicamente, um esforço da classe trabalhadora brasileira em ter uma única central, que é a unidade de todos os trabalhadores – do campo, da cidade, do setor privado, do setor público. Essa era a expectativa, o sonho, por exemplo, dos militantes dos movimentos populares, dos movimentos de resistência à ditadura militar. E a CUT surgiu num período de resistência e de falta de liberdade política no país.

A classe trabalhadora, durante séculos, na História humana, sempre buscou se organizar. E é um processo contínuo e histórico. Nós tivemos, no início do século passado, os primeiros movimentos da organização sindical no Brasil, começando com os trabalhadores imigrantes. E, durante muitos anos, os trabalhadores sempre tiveram a expectativa de se organizar, especialmente no Brasil, um país de dimensões continentais, com uma história de liberdades diminuídas. Com a redemocratização do país, a classe trabalhadora sentiu espaço para se organizar. E, portanto, hoje nós temos uma situação em que várias centrais sindicais se apresentam, a partir de visões políticas, a partir de olhares da sociedade brasileira, e isso é uma tendência da organização sindical. Eu creio que o reconhecimento das centrais sindicais é um processo importante historicamente.

Os sindicatos dos servidores públicos não nasceram em 1988, quando a Constituição permitiu que eles se organizassem em sindicatos. Muito antes disso, os servidores públicos, vários deles federais, de estados e municípios, colocaram suas organizações, fossem elas associações de lazer ou culturais, a serviço da luta sindical, mesmo quando se organizar em sindicato não era possível no marco legal.

Agora, os servidores públicos também precisam, e já estão fazendo seu processo de organização. As organizações sindicais precisam ser cada vez mais legítimas, representativas, para bem representar os servidores. Portanto, a Convenção OIT 151, muito bem lembrada por vocês, foi encaminhada ao Congresso Nacional para ser ratificada, e ela fala exatamente do reconhecimento da negociação coletiva para servidores públicos. E ela foi enviada em fevereiro de 2008 para o Congresso, dentro desse processo da nossa busca da institucionalização da negociação coletiva.

"Hoje, nós vemos que os servidores públicos estão organizados em várias centrais sindicais. E há entidades nacionais de servidores que não são filiadas a nenhuma central sindical. Mas a negociação é feita de forma plural, e é no exercício do processo da negociação que as entidades vão se legitimar."

Concluindo, na nossa Mesa de Negociação Permanente só tem um critério para que os sindicatos se sentem à mesa e negociem em nome dos servidores: é que sejam entidades nacionais. Por quê? Existem mais de 250 sindicatos de servidores federais. Nós teríamos de ter um critério de como organizar uma mesa de negociação. Não é que nós não vamos negociar com as centrais sindicais, se os sindicatos estiverem... Agora, é claro que as centrais sindicais vão buscar exercer a sua representatividade. Hoje, nós vemos que os servidores públicos estão organizados em várias centrais sindicais. E há entidades nacionais de servidores que não são filiadas a nenhuma central sindical. Mas a negociação é feita de forma plural, e é no exercício do processo da negociação que as entidades vão se legitimar. Uma entidade que senta à Mesa, se não tiver legitimidade, não está de forma verdadeira representando os servidores, e esse processo, portanto, não se sustenta politicamente. Então, o critério é que sejam entidades nacionais.

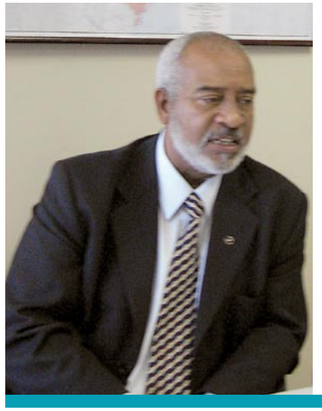
"Na verdade, não existe carreira típica de Estado. A ideia de caracterizar as carreiras dos servidores da administração pública em carreiras típicas de Estado e carreiras não-típicas é um conceito vinculado ao Estado mínimo. É um olhar neoliberal para o Estado."

O processo de reconhecimento das centrais não significa que elas vão substituir os sindicatos. Ao contrário, as centrais vão representar quem efetivamente representam. Elas acompanham. Eu acho que o papel das centrais sindicais é muito importante, porque é o caminho da unidade dos trabalhadores, dos servidores públicos e dos trabalhadores da economia em geral e do setor privado.

■ A nossa preocupação, complementando isso, é porque sabemos o trabalho que o senhor teve ao negociar com tantas entidades. O senhor pegou dois anos aí praticamente só fechando acordo, não foi? Qual a sua avaliação desse processo? O governo acha que foi uma boa experiência e o caminho seria esse mesmo?

Vocês acompanharam o processo de negociação desde 2003. Eu só cheguei aqui em junho de 2007. Nós tínhamos um modelo da Mesa anterior, que foi sendo aperfeiçoado no processo. A Mesa tem dois critérios fundamentais. O primeiro é o das entidades nacionais representativas: elas se apresentam à Mesa e são reconhecidas a partir da sua legitimação no processo da negociação. O segundo é que existe liberdade de pauta, todos os assuntos pautados são tratados na Mesa. Mas os sindicatos precisam compreender que nós temos uma agenda sindical. Então, os acordos, ou os chamados termos de compromisso, devem se encerrar no âmbito de uma agenda sindical. O processo foi bastante exaustivo nisso. Os sindicatos precisam experimentar uma unidade também; isso coloca outra qualidade para a negociação. Com vários segmentos, nós tivemos negociações multilaterais. Com várias entidades sentadas de um lado, por exemplo, na área da Educação, todas que representavam o setor. A área de Ciência e Tecnologia tem um fórum que reúne mais de 20 entidades sindicais representativas dos servidores da carreira. O Banco Central mesmo tem três entidades que o representam. Então, nós fomos experimentando, porque não é operacional fazermos uma negociação entidade por entidade, individualizadas. Além disso, tem uma agenda que é para o conjunto de sindicatos. A gente conseguiu estabelecer como uma agenda comum justamente a da institucionalização da negociação coletiva, feita com um conjunto de mais de dez entidades nacionais, mais a Central Sindical. Acho que ainda vamos encontrar uma equação de qual é o modelo. Mas os modelos não podem ser um fim em si mesmos. O mais importante é

que a negociação esteja institucionalizada, que os governos se obriguem a cumprir a lei e exijam que a relação de trabalho dos servidores de Estado seja democrática e com uma previsão de negociação.



"As chamadas atividades exclusivas de Estado têm de ter um tratamento que permita que essas funções sejam desenvolvidas com qualidade. Por isso, a instituição da remuneração por subsídio. E o subsídio é uma forma de remuneração transparente."

■ E carreiras típicas do Estado? Qual a sua opinião sobre elas?

Na verdade, não existe carreira típica de Estado. A ideia de caracterizar as carreiras dos servidores da administração pública em carreiras típicas de Estado e carreiras não-típicas é um conceito vinculado ao Estado mínimo. É um olhar neoliberal para o Estado. Por isso, insisto: para nós, não existe carreira típica de Estado. O que existem são atividades exclusivas de Estado. Por que era preciso, em governos anteriores, classificar as carreiras do Estado em típicas e não-típicas? Porque eles advogavam que as atividades típicas de Estado é que tinham de existir. As não-típicas podiam ter tratamento de virar emprego público com outro regime.

■ O governo teve de rever esse conceito?

Sim, o que existem são atividades exclusivas de Estado, e não atividades típicas. Eu acho que uma carreira na administração pública tem a mesma importância que uma carreira no Fisco, na Justiça, na Polícia, na Educação, nas outras áreas sociais, no Trabalho, na Saúde. O que vale mais: o auditor da Receita Federal ou o médico pediatra que atende no hospital, em um hospital universitário, a populações da periferia? O que vale mais: um delegado da Polícia Federal, ou um cientista, que está lá, nos órgãos da Ciência, produzindo Ciência? Porque, no Brasil, quem produz pesquisa científica é o setor público. Quem é que vale mais? Um técnico do Banco Central ou um agente do seguro social que atende um segurado da Previdência Social? Ou um contador, um economista, um administrador, um professor universitário? Para nós, não existe carreira típica de Estado, que precisa ser tipificada dessa forma, para ter um tratamento privilegiado, diferenciado dos demais servidores.

Achamos que as chamadas atividades exclusivas de Estado têm de ter um tratamento em relação a isso. Não um tratamento diferenciado, mas um tratamento que permita que essas funções sejam desenvolvidas com qualidade. Por isso, a instituição da remuneração por subsídio. E o subsídio é uma forma de remuneração transparente e que tem como principal fundamento a transparência. A população tem o direito de saber quanto que um agente público que atua em nome do Estado recebe de remuneração.

■ Então o senhor é favorável ao que está sendo feito em São Paulo hoje? Essa divulgação à vontade? É o debate que a gente está fazendo no Sinal...

Não, eu acho que deve haver transparência, mas tem de ser dentro da legalidade. Há vários princípios que precisam ser observados. Questão do sigilo, da individualidade, da segurança. Agora, a população precisa saber quanto custa qualquer remuneração. Daí a importância da remuneração na forma de subsídio. Ao fazermos a defesa dessa forma de remuneração, em nenhum momento nos motivou a ideia de privilegiar essas carreiras. Ao contrário, há exigências em relação a elas. O servidor público que atua nas atividades exclusivas de Estado tem responsabilidades adicionais e precisa responder por elas. Há dedicação exclusiva. O Sidec é uma forma de progressão a partir da avaliação de desempenho, do cumprimento de metas. Então, o servidor público que age em nome do Estado tem responsabilidades adicionais, e essas responsabilidades precisam ser socialmente cobradas. É isso que o diferencia.

Mas os servidores públicos que atuam nas áreas exclusivas de Estado não são mais importantes dos que atuam em outras áreas do Estado. Porque é do olhar neoliberal a ideia de que o Estado tem de ser meio, não pode ter atividades finalísticas. Para nós, não só pode, como deve sempre assegurar qualidade de vida, desenvolvimento social e econômico à população. É um projeto dos governos anteriores, que queriam tipificar a carreira justamente para que as não-típicas fossem eliminadas, com a terceirização, com a transferência de responsabilidade do Estado para o setor privado.

■ Pelos cálculos do Sinal, até julho de 2010, os trabalhadores do BC vão chegar a uma equivalência de 95% com a Receita Federal. Isso em relação à tabela dos analistas. No caso dos técnicos, houve uma recuperação salarial, sim, em termos nominais, porém, em termos relativos, eles ficaram um pouco para trás. Como vão ficar os salários dos analistas e técnicos do BC com equivalência salarial com o resto dos funcionários?

Tratar de remuneração quando o assunto é carreira fica muito difícil. Por quê? Nós encontramos a administração pública com distorções significativas em termos reivindicatórios. Temos um balanço do conjunto das negociações feitas durante todo esse período e, se formos analisar, não há nenhum acordo igual ao outro. Todas as categorias tiveram reajustes diferentes. Um dado importante nesse processo de negociação foi que ele foi feito em médio prazo, ao longo de três anos: 2008, 2009 e 2010. Isso significa que houve um processo de avaliação, de planejamento, e que os critérios para a definição de qual era a remuneração adequada para uma e para outra carreira foram diversos. O principal deles era o quanto estava defasado, o que era muito comum nas várias carreiras. O pessoal falava: "Olha, durante o governo anterior, os servidores federais ficaram oito anos sem reajuste." Isso é parte da verdade. Porque as carreiras das áreas das atividades exclusivas de Estado tiveram reajustes diferenciados, está certo? Agora, o que é que ficou efetivamente sem reajuste durante os oito anos? Especificamente, as carreiras mais amplas. Ainda hoje temos defasagem em relação às remunerações.

Mas é preciso reconhecer que houve um esforço muito grande de recuperação das estruturas remuneratórias de todas as carreiras da administração pública federal. E o ciclo de gestão, onde está incluído o Banco Central, foi um dos setores que teve uma recuperação importante. Essa postura de uma carreira ficar se espelhando em outra que tem uma remuneração diferenciada não existe, pelo menos de nossa parte. Até do ponto de vista formal, legal, não podemos vincular a remuneração de uma carreira com outra, isso não é possível fazer.

No caso do Banco Central, é preciso verificar qual é a remuneração dos servidores hoje e qual era em 2002, em 2003. Eu não sei de memória, mas vamos constatar que é uma recuperação bastante importante. Mas vocês podem alegar que teve outra carreira que conseguiu mais. Esses são processos de busca de equilíbrio, mas que não vamos resolvê-los enquanto não conseguirmos superar as principais distorções que ainda se verificam nas chamadas carreiras-meio. Hoje estamos com problemas em várias delas, que continuam com remunerações muito baixas.

"Mas é preciso reconhecer que houve um esforço muito grande de recuperação das estruturas remuneratórias de todas as carreiras da administração pública federal. E o ciclo de gestão, onde está incluído o Banco Central, foi um dos setores que teve uma recuperação importante."

Vamos falar, por exemplo, dos técnicos do Banco Central. Hoje, há o debate, o que fazer com esse cargo, como reorga-

nizar. Debate legítimo e que tem o nosso apoio. A gestão do Banco precisa saber exatamente o que quer da sua força de trabalho. Mas nós vamos verificar, por exemplo, que não só com os técnicos do Banco Central, mas também com técnicos de várias outras carreiras, a exigência é de nível médio. A gente não vê isso no setor privado, na economia em geral. Trabalhadores preparados também, mas com grau de escolaridade de nível médio têm de ganhar a remuneração desse nível. Então, é um debate difícil, mas que precisa ser feito. Quais são os critérios que adotamos no processo de definição da remuneração de uma carreira? É a complexidade das atribuições, é o grau de escolaridade, é o grau de responsabilidade. São critérios importantes. O critério da comparação com outra carreira é muito difícil. Porque, insisto, não existe servidor público mais importante do que o outro. Portanto, não há carreira prioritária. O que há é que os processos, os critérios para definição da remuneração, são complexos.

■ Mas dentro da negociação ficou a possibilidade de a equipe do Grupo de Trabalho estar encerrando o trabalho ainda em 2009, e ela mostrou tarefas novas em função da crise – algumas atividades para o Banco Central e outras necessidades para o servidor do Banco. Isso revela uma alteração das atribuições e a gente vai ter de estudá-las. A minha pergunta é: esse trabalho vai ter de ser reexaminado? Haveria espaço para que ele fosse feito ainda este ano, por exemplo, quando do exame do resultado do GT?

Nós esperamos que sim, o Grupo de Trabalho é um instrumento para se compartilharem estudos em um processo da revisão das carreiras. A metodologia dele é adotada para várias outras, faz parte do grande processo de negociação que fizemos. Hoje, existem praticamente 30 Grupos de Trabalho atuando, fazendo revisão, mas temos insistido que essa é a fase de avaliação das carreiras, com baixa possibilidade de que esses estudos resultem em aumento dos gastos com pessoal. Ou seja, o impacto do aumento de gastos previsto até 2010, e algumas carreiras já em 2009, está todo programado, digamos assim. Nós consideramos que o grande trabalho de revisão dos remuneratórios está encerrado e que todo esse trabalho de revisão das carreiras não pode ter impacto. É de revisão mesmo, de atribuição, de racionalização de cargos. Portanto, nós vamos, sim, concluir os trabalhos dentro deste ano ainda. Mas, insisto, a possibilidade de impacto, de aumento de gastos, é pequena.

"Hoje, existem praticamente 30 Grupos de Trabalho atuando, fazendo revisão, mas temos insistido que essa é a fase de avaliação das carreiras, com baixa possibilidade de que esses estudos resultem em aumento dos gastos com pessoal."

■ Em 2010, ou lá para 2011, pode-se deixar de negociar. Agora, em complemento à resposta anterior, se por um lado não existe correlação exata entre as carreiras, e cada negociação é uma negociação, eu vi que o governo fez um esforço de estabelecer certa estratificação nas carreiras. Entre o Banco Central, Ciclo de Gestão, AGU, Receita Federal, Polícia Federal, nós temos um diferencial de 10%, talvez. Ou seja, houve um esforço de equiparar, até por questões, imagino, funcionais, porque existe uma autofagia muito grande em alguns setores. Isso foi uma tendência dentro do governo, fazer uma série de estratificações em algumas carreiras para quem recebe subsídio. Então, não existe uma política, mas uma percepção de que, em termos administrativos, é uma boa ideia. Ou seja, colocar carreiras com níveis de complexidade mais ou menos equivalentes dentro de um patamar salarial.

Todas as carreiras que têm a sua remuneração com subsídios estão na mesma faixa – Ciclo de Gestão, Fisco, AGU, Polícia Federal –, a diferenciação é muito pequena.

"Há um grupo especificamente tratando da saúde suplementar. Havia várias áreas do governo em que os servidores não tinham direito a esse benefício, por isso, estamos universalizando também o direito, organizando a gestão desses recursos, que são enormes."

■ Os servidores reclamam que a indenização com transporte, hoje em R$ 17, não é reajustada há dez anos, bem como vários outros benefícios adicionais. Por que o governo mantém essa situação, se há uma política de recomposição?

Uma coisa são os chamados adicionais benefícios, o auxílio-creche, o auxílio-alimentação, o valor per capita da saúde suplementar, entre outros. Já discutimos isso em várias Mesas de negociação, em várias rodadas. A busca é para se ter uma equiparação, porque existe ainda uma diferenciação muito grande de remuneração em várias carreiras do setor público federal. O auxílio-creche e o valor *per capita* da saúde suplementar têm impactos diferenciados, dependendo do servidor, da sua remuneração. Estamos fazendo um grande estudo para verificar e trabalhar a ideia de uma cesta de benefícios. Quanto gastamos com benefícios? É um valor muito alto, nós temos mais de 15 mil, 30 mil servidores ativos, que são diferentes e atuam em funções diferentes. Então, o aumento generalizado do vale-alimentação, do auxílio-alimentação, pode ser um gasto de baixa qualidade, digamos assim, e tem repercussão diferenciada. Há uma cobrança grande do movimento sindical, mas esperamos concluir esse estudo para chegar à adequação, porque esses benefícios são remuneração complementar.

■ Vocês deram algum prazo para o estudo?

Esperamos concluir o quanto antes. Não tenho um prazo definido, porque tudo depende, também, da disponibilidade orçamentária. Em relação ao auxílio-alimentação, por exemplo, estamos fazendo um estudo comparando a prática desse benefício nos outros Poderes que influenciam o Executivo. Quanto é a alimentação no Judiciário e no Legislativo? São benefícios diferenciados e muito maiores. Por mais que a gente tivesse disponibilidade orçamentária para reajustar o auxílio-alimentação, não teríamos para chegar no mesmo nível dos outros Poderes. O servidor público federal deve, em tese, ter os mesmos direitos. Com esses estudos, temos a expectativa de que eles deem indicadores de como chegar a uma equação para tratar esses benefícios. Porque, o aumento simplesmente do valor não vai resolver nada.

Há um grupo especificamente tratando da saúde suplementar. Havia várias áreas do governo em que os servidores não tinham direito a esse benefício, por isso, estamos universalizando também o direito, organizando a gestão desses recursos, que são enormes. E, para melhor atingir o servidor, estamos fazendo um estudo de como aplicarmos uma regra que seja mais adequada do ponto de vista da sua eficácia no acesso a esse direito por parte do servidor federal.

■ Dentro dessa linha de benefícios e direitos, havia a discussão da habitação para o setor público. Essa ideia avançou dentro do governo? Alguma proposta, algum projeto específico?

Desde o ano passado, temos convênios com a Caixa Econômica e com o Banco do Brasil nessa área. Já existe com essas instituições o acesso ao financiamento da casa própria para o servidor, de forma diferenciada, com juros abaixo do que é praticado no mercado.

■ Isso precisa ser divulgado. No sindicato, não tínhamos essa informação, senão a teríamos divulgado.

Tanto a Caixa quanto o Banco do Brasil estão oferecendo esse financiamento diferenciado.

"A política de capacitação é uma das prioridades da Secretaria. Temos uma comissão que tem feito esse trabalho de acompanhamento dos planos de capacitação dos órgãos, principalmente dos órgãos centrais, portanto, orientadores da política, e nessas áreas a gente evoluiu bastante."

■ Os servidores do BC valorizam muito o consignado. Mas o empréstimo habitacional também é uma demanda.

Recentemente, tomamos uma medida complementar a essas do convênio com a Caixa e com o Banco do Brasil, que foi escolher a Terracap (Companhia Imobiliária de Brasília) para que os servidores federais também tenham acesso a um financiamento diferenciado. Por ser do Distrito Federal, ela serviria especialmente para o pessoal daqui.

■ Mudando um pouco de assunto, quando entrará em funcionamento o programa de controle médico de saúde ocupacional? Ou melhor, quando sairá a regulamentação que trata dos exames preventivos de saúde de cada servidor? Complementando a pergunta: nós tivemos uma reunião com o coordenador-geral de Seguridade Social do MPOG, e o Banco Central pensou que pudesse fazer isso agora, porque há uma demanda muito grande. Mas parece que a questão esbarra num problema do Serpro, que precisa ter um programa de controle que estava desativado.

Não tenho detalhes sobre isso, quem cuida é o Sérgio Martins Carneiro, nosso diretor de Seguridade e Benefícios, mas sei que está sendo implantado. Pensamos primeiro na oportunidade de falar para vocês que nós criamos um programa inédito, um grande programa de atenção à saúde do servidor, que é uma política que sempre foi negligenciada. Um programa voltado para a saúde laboral do servidor, mas relacionado não só a exames periódicos, mas também a novos critérios técnicos para perícias médicas. Estamos trabalhando para a criação de um sistema que vai monitorar o prontuário médico do servidor. Recentemente, há uns 15 dias, demos posse a um comitê gestor da política de implantação desse programa. E os exames periódicos estão prontos para serem regulamentados.

■ Já tem verba, R$ 150 *per capita*. O problema esbarrou no Serpro, na operacionalidade...

Então, talvez falte apenas um detalhe operacional no sistema para que logo se possa começar a fazer os exames periódicos, porque eles já estão regulamentados.

■ E a capacitação do servidor público? Capacitação no sentido do atendimento ao público.

Temos um Comitê Gestor da política de desenvolvimento de pessoas, que é o comitê da Secretaria de Recursos Humanos, com a Secretaria de Gestão e a Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Esse Comitê Gestor tem aberto um processo importante de debates, preparando os órgãos para a elaboração de seus planos de capacitação. O Banco Central é uma instituição referência nisso, não só porque investe em capacitação de seus servidores, mas também pelas várias iniciativas que fez nesse campo. Mas sempre se tem como melhorar e avançar.

A política de capacitação é uma das prioridades da Secretaria de Recursos Humanos. Nós temos uma comissão que tem feito esse trabalho de acompanhamento dos planos de capacitação dos órgãos, principalmente dos órgãos centrais, portanto, orientadores da política, e nessas áreas a gente evoluiu bastante. Vários órgãos estão destinando cada vez mais recursos para a qualificação de seus servidores. Há um processo permanente de preparação desses órgãos para a elaboração de seus planos, porque a capacitação precisa ser feita por carreira, por órgão. O decreto que instituiu o Comitê Gestor traz orientações para todos os órgãos federais.

Por outro lado, todo o debate de revisão das carreiras se vincula a essa política. Mais e mais carreiras com critérios de progressão e promoção vinculados a programas de capacitação. Há carreiras, por exemplo, que o servidor, para evoluir, tem de fazer determinados cursos. E mais: os órgãos se obrigam a oferecer esses cursos. Outra coisa é que toda essa política também se vincula a redes de escolas do governo. A Enap é a escola que lidera o processo, ela é a orientadora do processo da rede de escolas do governo.

■ Mas, além da capacitação, eu queria saber da valorização do serviço público – do servidor público e do serviço público. Isso é um assunto importantíssimo. O próprio governo faz, faz, faz e leva paulada da mídia o tempo todo. Por isso, acho que a gente tinha de tentar uma coisa mais forte para valorizar e modificar um pouco a imagem do serviço público. Com reuniões dos sindicatos, das centrais e do próprio governo. Acho que devia ser uma pauta essencial para se trabalhar.

É verdade, acho que os servidores organizados são importantes nesse tipo de trabalho, nesse processo de superar a cultura de que o serviço público não tem qualidade. Ao contrário, a gente está vendo exemplos importantes: a universidade brasileira tem qualidade, a Previdência já mostrou como órgãos federais podem atuar com qualidade. Várias outras instituições públicas federais têm dado exemplos de qualidade nos seus serviços. Pouco a pouco, vamos superando esse senso comum de que serviço público é sinônimo de baixa qualidade. É um esforço compartilhado. E nós contamos com as entidades sindicais nesse trabalho. E reconhecemos nas entidades sindicais, especialmente nas que representam os servidores federais, que, historicamente, têm feito a defesa do serviço público.

■ Ao falar sobre as negociações na Mesa, o senhor disse que, no caso do Banco Central, vocês negociaram com três entidades que o representavam. Entre essas três, há alguma com mais legitimidade, ou vocês estão negociando indiferentemente com as três?

Na verdade, a negociação propriamente dita se deu com as três entidades. É claro que quando digo que as entidades agora se legitimam no processo da negociação, falo que uma entidade vem para a Mesa, coloca as suas propostas, depois volta, vai para a Assembleia e discute na Assembleia... Esse não é um processo isolado. Nós sabemos quem tem mais e quem tem menos legitimidade. Mas não nos cabe escalar servidor. Nós criamos critérios. As entidades nacionais é que vêm para a Mesa e negociam, certo? Então, no caso, as três entidades se colocam de forma nacional, apesar de que uma delas não vinha para a Mesa como sindicato. É o caso do Sindsep [Sindicato dos Servidores Públicos Federais], que tem filiados no Banco Central. Mas quem vinha para a Mesa era a Confederação, a Condsef. Então, não era o sindicato propriamente, mas um representante do sindicato na qualidade de dirigente da Confederação. E o outro, um sindicato dos técnicos, que também se coloca como entidade nacional.

"Pouco a pouco, vamos superando esse senso comum de que serviço público é sinônimo de baixa qualidade. É um esforço compartilhado. E nós contamos com as entidades sindicais nesse trabalho."

■ Que é quase a central deles, não?

Isso. Porque a Condsef é, talvez, a maior entidade dos servidores federais e representa mais de 300 mil servidores filiados aos sindicatos na sua base.

■ Como o senhor vê essa sua experiência de passar de sindicalista para representante do governo, responsável pelas negociações?

Eu não vim direto da CUT para o ministério. Eu, antes, também tive uma experiência muito parecida de negociação no governo da Prefeitura de São Paulo. Apesar de ser uma única prefeitura, ela é a maior do país. Eu negociava com um número grande de entidades. A Mesa funcionava de forma semelhante, mas tinha um grau de amadurecimento maior, por estranho que pareça.

■ Quem era mais maduro?

O processo. Não tem sindicato pior, ou melhor, não. O processo era mais maduro, porque tinha regras mais claras em relação ao funcionamento da Mesa. Por exemplo, eram 30 ou mais entidades. Só que todos os sindicatos tinham uma bancada sindical. Como eram vários, eles se organizaram num fórum da bancada. Todos eles, independentemente de relação com central sindical. Do fórum, eles tiravam seis entidades. Do ponto de vista operacional, era um processo um pouco mais fácil do que agora, porque a Mesa tinha sempre com os mesmos representantes, eles colocavam na bancada sindical seis entidades. E nós negociávamos sempre com as seis. Daí, eles levavam as propostas a um fórum maior, que juntava todas as entidades. Era o fórum das entidades, com posições consensuais entre eles. O governo também tinha uma bancada, com representação de outras secretarias. As grandes secretarias – Educação, Saúde, Finanças – cuidavam do orçamento. Era um processo semelhante, mas com um grau de amadurecimento do ponto de vista estrutural da negociação.

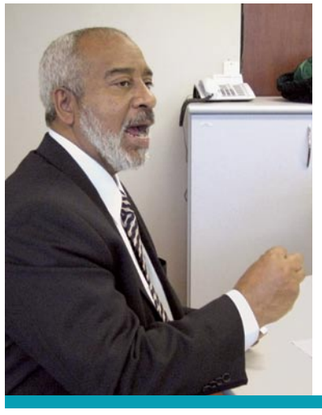
"A avaliação de desempenho é para fins da qualificação do serviço público do Estado. É para fins de promoção e de remuneração adicional. Por isso, tem de ser piramidal. Não podem ser todos. Existe a questão da competitividade. Mas uma competitividade aceitável, saudável."

■ E o modelo serviria para as negociações com os servidores federais?

Foi um processo bastante rico. Agora, aqui é muito mais complexo, pela dimensão, pela repercussão. Como eles estavam condicionados, pela regra, a ter um fórum, isso fazia com que fossem à Mesa com mais qualidade de assessoria. Eles se preparavam melhor para negociar. Isso trazia dificuldades para a gente. Por isso, acho que o sindicato tinha uma ação mais diferenciada. Porque, agora, temos esse problema das negociações fragmentadas. Eu preferia fazer uma negociação em que participassem todas as entidades, ou pelos menos dez, 12. Porque aí negociava tudo junto. Às vezes, o olhar do sindicato, de uma forma legítima, natural, reflete o processo de construção coletiva de suas assembleias, de seus fóruns internos. E esse olhar acaba ficando focado no órgão, na carreira, com dificuldades de ter uma visão mais ampla, do todo. Com essa dificuldade, às vezes, uma vírgula pode ter uma repercussão muito grande, especialmente no governo federal, pelas dimensões, e pelo que significa.

■ Consideramos injusta a curva forçada embutida no Sidec. Aqui no Banco Central os servidores levarão muito tempo para chegar ao topo da carreira, pois o quantitativo proposto para a Classe Especial foi muito reduzido. Seria necessária a aposentadoria de mil colegas para que as primeiras vagas fossem abertas. O sistema de progressão não deveria simplesmente levar em conta características ou condições a serem atingidas pelo servidor, mas sem uma limitação no número de cargos? O governo não pensa em reavaliar essas injustiças?

Não, e pelo seguinte. Primeiro, que não é curva forçada. O conceito de curva forçada é que, em determinado grau, a avaliação não podia atingir a todos. E o que há é um conceito de carreiras de estruturas piramidais. Não achamos que um contingente possa ser 100% avaliado como ótimo, porque há diferenciação. Então, tem de haver, sim. O Sidec tem esse princípio, o princípio da estrutura piramidal. Por mais que a gente tenha colocado na MP 421 – que virou, se não me engano, a Resolução 11.784 – critérios gerais de avaliação de desempenho na administração pública federal, com novos conceitos, cumprimentos de metas, e o Comitê Gestor. São conceitos modernos e novos na administração pública federal. Agora, fugindo da ideia também de que a avaliação do serviço público tem de ser para fins de demissão. A avaliação de desempenho é para fins da qualificação do serviço público do Estado. É para fins de promoção e de remuneração adicional. Por isso, tem de ser piramidal. Não podem ser todos. Existe a questão da competitividade. Mas uma competitividade aceitável, saudável. Porque é muito comum a gente ver várias carreiras e estar todo mundo no topo. As carreiras adequadas, em nossa opinião, do ponto de vista conceitual, são carreiras piramidais, e o Sidec espera isso.



"Antigamente, o servidor público podia ficar parado, sem fazer nada, e só com tempo de serviço ele evoluía. São conceitos que caíram com a Constituição, e a sociedade não aceita mais. Porque isso não existe mais no mundo real, no setor privado."

■ O problema é que existia aquela política inadequada de não se conceder aumento salarial. Então, promovia-se. E no final, estava todo mundo no topo.

A política de progressão de carreira dever ser um estímulo. Se o servidor já estiver no topo da carreira, mesmo que não queira, acaba desmotivado. Às vezes, é mais psicológico, não tem a ver com a remuneração. Ele pode estar satisfeito com a remuneração, mas fica insatisfeito com o fato de não evoluir. Quando você evolui na carreira, isso agrega qualidade, uma satisfação no profissional que atua de forma diferenciada.

■ Está tendo uma discussão agora no Congresso sobre o retorno dos anuênios. E é uma discussão que está tomando corpo em função até de a magistratura e o Ministério Público estarem advogando isso efetivamente, e de uma forma muito forte, para que seja implementado. Eles consideram o anuênio como uma maneira de valorização ou de diferenciação daqueles que pretendem ficar mais tempo no serviço público. O governo já foi instado a se manifestar sobre esse assunto?

Já foi, e nossa opinião é que somos contrários. Contrários, porque vai na contramão da moderna estrutura da carreira na administração pública. O tempo de serviço é o critério menos importante na evolução. Antigamente, o servidor público podia ficar parado, sem fazer nada, e só com tempo de serviço ele evoluía. São conceitos que caíram com a Constituição, e a sociedade não aceita mais. Porque isso não existe mais no mundo real, no setor privado. Para que um profissional tenha êxito na carreira, é exigido dele qualidade, competência, talento. Ninguém fica parado e evolui, não. Dentro da ideia de o Estado ter um serviço público de qualidade, estes são conceitos atrasados. Nós achamos que precisamos criar carreiras estruturadas, que ofereçam satisfação profissional, com remunerações e condições de trabalhos competitivas com o mundo do trabalho. Que a gente possa convencer os jovens que saiam da universidade a fazerem a opção pela carreira na administração pública e que tenhamos condições de trazer para o serviço público os melhores talentos. E não é com conceito atrasado de anuênio, de progressão pelo tempo, que a gente vai conseguir isso.

Da nossa parte, não há estudo, não há preocupação de impedir que servidores se aposentem. Não há.

Quarentena para proteger a máquina federal

Projeto de lei que tramita no Congresso quer acabar com a troca de informações privilegiadas

Tramita no Congresso um projeto que tenta tornar a quarentena obrigatória. Trata-se do Projeto de Lei 7.528/06, do Executivo, que amplia de quatro meses para um ano o prazo durante o qual o profissional, depois de deixar seu cargo ou emprego na administração pública federal, fica sujeito a uma série de restrições relativas ao exercício de atividades na iniciativa privada. A matéria, que foi aprovada em caráter conclusivo, segue agora para análise do Senado.

O projeto define requisitos e restrições para o ocupante de cargo ou emprego público no governo federal que tenha acesso a informações privilegiadas. A intenção é impedir, a qualquer tempo, a divulgação ou uso dessas informações. Além disso, disciplina competências para a fiscalização, avaliação e prevenção de conflitos no setor público.

Estariam sujeitas ao regime estabelecido pelo projeto de lei as pessoas que ocuparem cargo de ministro de Estado, de natureza especial ou equivalente, de presidente, vice-presidente e diretor de autarquias, fundações públicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS), níveis 6 e 5 ou equivalentes. As pessoas devem seguir as regras inclusive em caso de licença ou de afastamento do cargo.

Também estarão sujeitos às regras os ocupantes de cargos ou empregos cujo exercício proporcione acesso à informação privilegiada, capaz de trazer vantagem econômica ou financeira para o agente público ou para terceiro. O projeto estabelece que, mesmo após deixar o cargo ou emprego no âmbito do Executivo, a pessoa estará proibida de, a qualquer tempo, divulgar ou fazer uso de informação privilegiada obtida em razão das atividades exercidas.

Poucos temas provocam tanta reação no serviço público. "Quarentena só não resolve", diz o presidente do Sindicato dos Funcionários do Banco Central (Sinal), Sérgio Belsito. "A salvaguarda talvez precise evoluir para um código de ética."

Na França, uma Comissão de Deontologia (conjunto de deveres de qualquer categoria profissional estabelecidos em códigos específicos) é encarregada de dar pareceres sobre pedidos de funcionários públicos que queiram partir para carreiras na iniciativa privada. Mas nos Estados Unidos e na Inglaterra, as regras são um pouco mais rígidas. Quem trabalha no Federal Reserve, o Banco Central americano, passa um ano sem poder ingressar em bancos comerciais depois de deixar o governo. Na Inglaterra, todo alto funcionário do Banco Central compromete-se a jamais usar informações confidenciais. Se sair, avisa com antecedência e logo perde as funções.

BANCO CENTRAL

Ligações perigosas

Nove entre dez presidentes do Banco Central voltaram para onde estavam antes de dirigir a instituição. Sem uma legislação rígida para orientar o destino de quem conheceu na intimidade números estratégicos do país, muitos pularam direto da presidência do BC para o mercado financeiro ou para a iniciativa privada – mesmo que a prudência recomendasse um tempo.

Poucos tiveram o bom senso de se impor uma quarentena. Gustavo Loyola, que presidiu o Banco nos governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, ficou seis meses longe do mercado ao deixar o cargo. Hoje, é sócio-diretor da Tendências Consultoria Integrada. Já o carioca Gustavo Franco, que se limitou a dar aulas na universidade por quase todo o ano de 1999, fundou, em 2000, a Rio Bravo Investimentos, empresa de serviços financeiros, fusões, aquisições e investimentos.

O paulista Pérsio Arida, um dos pais do Plano Real, também cumpriu quarentena por seis meses. Mas ainda estava no cargo quando se tornou alvo de suspeitas de ter vazado informações privilegiadas ao banqueiro Fernão Bracher, que também fora presidente do Banco Central. Em plena crise financeira no México, a política cambial do BC teria favorecido o BBA, banco criado pelos dois m sociedade com Antônio Beltran Martinez. Arida acabaria renunciando. De volta à iniciativa privada, associou-se a Daniel Dantas no Banco Opportunity. Hoje, mora em Londres, onde dirige a companhia de investimentos TBG. O BBA, de Bracher, foi vendido depois ao Itaú.

Antes dele, em 1989, Elmo Camões teria beneficiado, com informações privilegiadas, o filho, Elminho Camões, da corretora Capitânea, envolvida no mesmo tipo de golpe em que o megainvestidor Naji Nahas deu um prejuízo de US$ 400 milhões à Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Elmo Camões tornou-se o primeiro presidente do Banco Central afastado do cargo sob suspeita.

Contudo, nenhum caso é tão emblemático quanto o do economista Francisco Lopes. Ele e outros funcionários do Banco Central foram condenados pela Justiça em segunda instância. O crime: enquanto ocupou o cargo de presidente substituto do BC, Lopes teria autorizado um socorro aos bancos Marka e FonteCindam durante a maxidesvalorização do real, em 1999. A operação teria dado prejuízo de US$ 1,5 bilhão aos cofres públicos. O banqueiro Salvatore Cacciola, dono do Marka, acabou preso em Mônaco depois de fugir do país. Após um longo período longe de tudo e de todos, Chico Lopes retomou suas atividades à frente da Macrométrica, empresa de consultoria econômica.

A trajetória percorrida por ex-dirigentes do Banco Central revela exemplos para todos os gostos. Alguns presidentes da instituição nem ficaram tempo suficiente no cargo para estabelecer alguma marca administrativa ou despertar qualquer dúvida. É o caso do hoje consultor Carlos Brandão, que presidiu o BC por apenas cinco meses, de 15 de março a 17 de agosto de 1979, durante o governo João Figueiredo. Ou de Antonio Carlos Lemgruber, que ficou apenas uma semana a mais, em 1985. Lemgruber se tornaria um dos maiores criadores de cavalos do país. E, também, foi condenado pela Justiça americana, em 2008, pelo desvio de dinheiro do Banco Liberal, comprado em 2001 pelo Bank of America.

O carioca Paulo César Ximenes Alves Ferreira foi denunciado, em 2002, pelo procurador da República Luiz Francisco de Souza numa ação de improbidade administrativa na Justiça Federal. Com uma longa carreira no Tesouro Nacional e no Ministério da Fazenda, Ximenes ficou apenas seis meses à frente do Banco Central – de 26 de março a 9 de setembro de 1993.

A lista dos que tiveram passagem meteórica inclui ainda dois interinos: o gaúcho Ary Burguer, que ficou 12 dias no cargo, em 1968, e voltou à cátedra de professor de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e o carioca Lycio de Faria, que esquentou a cadeira por cinco dias e hoje se dedica a escrever contos, por paixão à literatura.

O economista carioca Dênio Chagas Nogueira, fundador e primeiro presidente do Banco Central no governo do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, voltou ao serviço público depois de deixar o cargo. Seu sucessor, o engenheiro civil paulistano Ruy Aguiar da Silva Leme, que presidiu a instituição no governo de Arthur da Costa e Silva, teve, até morrer, em 1997, uma trajetória marcada mais como professor da Universidade de São Paulo. Mas ocupou cargos executivos em empresas do porte da Bombril, Duratex, Villares e Grupo Matarazzo.

Paulo Hortêncio Pereira Lira foi presidente do Banco Central durante todo o governo do general Ernesto Geisel. Só perde em permanência no cargo para o capixaba Ernane Galvêas ministro da Fazenda no governo João Figueiredo, o mais duradouro dos presidentes do BC, e Henrique Meirelles, atual presidente do banco – ambos com nada menos de seis anos. Ele ocuparia o cargo pela segunda vez, de 1979 a 1980.

Carlos Langoni, presidente do Banco de 18 de janeiro de 1980 a 5 de setembro de 1983, no governo do general João Figueiredo, dirige agora o Centro de Economia Mundial da Fundação Getúlio Vargas e foi indicado um dos membros independentes de administração da Supertele, a empresa resultante da incorporação da Brasil Telecom pela Oi. Seu sucessor, o economista paulista Affonso Celso Pastore, foi o último dos presidentes do Banco Central do regime militar. Divide seu tempo entre consultorias ao setor privado, aulas na FGV e a empresa A. C. Pastore & Associados, de análises econômicas.

A nomeação do paulista Fernão Bracher representou a primeira indicação de um banqueiro de carteirinha para dirigir o Banco Central, onde integraria a equipe de economistas heterodoxos de Dilson Funaro, que elaborou o Plano Cruzado – uma das primeiras tentativas fracassadas de controle da inflação de fins do século passado. Ex-diretor do Banco da Bahia e vice-presidente do Grupo Atlântica-Boavista de Seguros e do Bradesco, Bracher retornaria ao setor financeiro ao abrir, com Antônio Beltran Martinez e Pérsio Arida, o banco BBA Creditanstalt, depois repassado ao controle de um banco suíço e, finalmente, ao Itaú.

O empresário Fernando Milliet de Oliveira ocupou a presidência do Banco Central depois da primeira e breve passagem de Francisco Gros e do interinato de Lycio de Faria. Ficou no cargo menos de um ano, mas tempo suficiente para participar do Plano Bresser – mais uma tentativa do governo Sarney de controlar a inflação – e anunciar a primeira elevação da taxa real de juros, que dura até hoje. Depois, criou a Soma Seguradora.

Seu sucessor, o paulistano Wadico Waldir Bucchi, primeiro presidente do Banco Central a ser sabatinado e aprovado pelo Senado, preferiu um caminho de volta combinado: dá aulas na USP, onde se formou doutor em finanças, e cuida da Previplan Consultoria e Planejamento.

Ibrahim Eris, que com a ministra Zélia Cardoso de Mello formou a dobradinha responsável pelo Plano Collor, também voltou ao mercado. Tornou-se um respeitado crítico da política econômica do governo Lula em alguns jornais, mesmo depois de ver, em 1997, as perdas do banco de investimentos que dirigia estampadas em manchetes com a crise da Ásia.

Na sua segunda passagem pelo Banco Central, o economista Francisco Gros integrou a equipe econômica que elaborou e conduziu o programa de abertura da economia brasileira, iniciado em 1991. Depois, dirigiu o BNDES e a Petrobras, antes de retomar o rumo da carreira que havia iniciado num grande banco de investimentos de Wall Street e se tornar consultor de empresas.

Pedro Malan, da mesma forma, abrigou-se na iniciativa privada – foi do Conselho de Administração do Unibanco – depois que ocupou o Ministério da Fazenda durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso. Antes, ficou pouco mais de um ano na presidência do Banco Central. Foi sucedido pela trinca Pérsio Arida, Gustavo Loyola e Gustavo Franco, que também seguiu o mesmo destino depois de deixar a instituição.

Armínio Fraga, que fez carreira no mercado financeiro e durante seis anos foi diretor-gerente da Soros Fund Management LLC, em Nova York, voltou a ele sete meses depois de deixar o BC. Foi também membro do Conselho de Administração do Unibanco. Atualmente, é sócio do grupo Gávea Investimenos, além de comandar o Conselho de Administração da BM&F Bovespa e integrar o Grupo dos Trinta.

Sinal destaca previdência na agenda do Congresso

O segundo semestre de 2009 trará um Congresso Nacional envolto com questões internas e ao mesmo tempo desafiado a limpar a pauta pendente, porque, no ano que vem, as eleições consumirão o tempo dos parlamentares. "Dos 11 projetos prioritários, seis dizem respeito à Previdência. Uma das matérias críticas é a de previdência complementar: as entidades dos servidores não convergem para o mesmo projeto. O Sinal tem atuado na linha de fortalecimento da Centrus, como nossa entidade de previdência complementar", destaca o diretor de Relações Externas do Sinal, Paulo Calovi.

No âmbito de interesse dos servidores públicos, há uns tantos e importantes assuntos em curso, no segundo semestre de 2009, nas Casas Legislativas federais – Câmara dos Deputados, Senado Federal e Congresso Nacional. Todos sabem que existe uma dinâmica com altíssimo grau de indeterminação sobre os acontecimentos políticos naqueles ambientes. De qualquer maneira, há assuntos com algum amadurecimento político e os sujeitos a maior pressão, que, por essas razões, possuem mais chances de serem apreciados.

Os projetos em tramitação trazem oportunidades e riscos. Isso imporá intenso trabalho, quer internamente ao Sindicato, quer de articulação política externa com entidades parceiras ou com parlamentares sensíveis às demandas sindicais. Alguns dos projetos exigirão negociação com o Poder Executivo e outros, ainda, conquista de opinião pública, via imprensa e eventos.

O trabalho interno mais destacado é o da definição das demandas, pois, em regra, não é suficiente dizer em linhas gerais o que se deseja, mais que isso, é preciso dizer com detalhes o pedido do texto da lei e respectiva justificativa. Ainda assim, com muita frequência, o assunto adquire desdobramentos que os representantes sindicais precisam contar com muito apoio para, com segurança e sem perda de oportunidade, responder a tempo e hora às variações que as negociações podem proporcionar na hora das conclusões. As negociações nas Casas Legislativas, diferentemente das negociações salariais em mesa estável, não esperam. São muitas negociações, com muitos agentes, com interesses conflitantes ao mesmo tempo. É mais ou menos assim: é tentar, pegar ou largar.

As matérias mais destacadas, em síntese, são:

PEC–210-A/2007

Permitirá o pagamento do quinquênio aos servidores públicos, limitados a 35%, não computados no teto salarial. Trará ainda a especificação de Atividades Exclusivas de Estado. Haverá duas votações em cada Casa Legislativa e com quorum qualificado, por ser emenda constitucional. Uma matéria de extrema relevância, com aprovação do substitutivo pela Comissão Especial. O presidente da Câmara, Michel Temer, já sinalizou a algumas lideranças parlamentares a disposição de pôr para votação o projeto da emenda constitucional em meados de agosto. Acordo de lideranças terá de contemplar os servidores dos três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário –, no que depender do trabalho de convencimento que as entidades sindicais estão dispostas a se empenhar.

PEC–270/2008

Visa a corrigir erro de emendas constitucionais passadas, especialmente a 41: "Garante ao servidor que se aposentar por invalidez permanente o direito dos proventos integrais com paridade." Também poderá ser uma oportunidade para se agregar a correção de outras injustiças análogas, para a qual haverá necessidade de grande empenho, porque o prazo de emendas é bastante exíguo e o recesso parlamentar, uma dificuldade adicional. De outro lado, o relator tem uma atuação parlamentar que demonstra sensibilidade com o tema e com esses injustiçados. Outros parlamentares da Comissão Especial poderão ter uma atuação favorável e merecerão divulgação pelo que demonstrarem. O Sinal trabalha para a apresentação de uma emenda, com os dizeres: "Art.... Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de vigência da Emenda Constitucional nº 41, de 2003." Outras emendas ainda poderão ser agregadas. A expectativa são a conclusão e a votação do relatório e da PEC-substitutiva na Comissão Especial, com aprovação, e a possibilidade de pelo menos uma votação pelo Plenário da Câmara, neste segundo semestre.

PEC–36/2008

Restabelece a paridade para as pensões derivadas das aposentadorias de servidores que já estavam aposentados ou que adquiriram o direito à aposentadoria até 31/12/2003, data em que foi promulgada a Emenda Constitucional 41/2003. Matéria com favorável sensibilidade no âmbito do Congresso Nacional. Só uma atuação direta do governo poderá mudar a perspectiva de aprovação.

PEC–555/2006

Prevê o fim da cobrança da contribuição previdenciária (CPSS) dos aposentados e pensionistas. Espera-se que a Comissão encarregada de apreciar a proposta esteja constituída neste segundo semestre. É uma matéria de difícil vitória, embora amplamente desejada.

PEC–341/2009

Modifica os dispositivos constitucionais, retirando matéria considerada não constitucional. Entre os assuntos a serem retirados está a regulamentação do sistema financeiro. A proposta parece ter bastante consenso na Câmara entre os principais líderes, e a reação dos segmentos organizados da sociedade ainda não aconteceu. Nessa serenidade, a aprovação aparece com grande chance.

PLP–01/2007

Restringe em 1,5% mais inflação as despesas de pessoal. As pressões sobre esse projeto são contraditórias. O lado conservador do Congresso Nacional invoca sempre os gastos supostamente excessivos do governo com a folha de pagamento, e, agora, adiciona a crise econômica como argumentos de caráter restritivo a despesas de pessoal, e que, portanto, requereriam severos limites por lei; o lado progressista insiste em que há aumento de folha por crescimento de quadro, reposição de aposentadorias, que os gastos brasileiros nesse âmbito ainda são inferiores aos de muitos outros países e que a realidade dos últimos anos tem mostrado que as catástrofes no campo econômico não ocorreram por fatores oriundos do trabalho, tampouco dos servidores públicos. Quanto mais se aproximam as eleições, mais o assunto tende a ser empurrado para frente. A polêmica e as circunstâncias não impedirão, entretanto, uma possível abordagem ao projeto.

Contribuição Sindical

Essa matéria é destacada por Toninho, do Diap, como passível de vir à tona na Câmara de Deputados, dependendo do desfecho sobre o pedido de inconstitucionalidade, em curso no STF, da transferência do imposto sindical para as centrais sindicais. A contribuição sindical é a possibilidade de o sindicato, por meio de assembleia, instituir uma cobrança extra a todos os integrantes da categoria, incidente, por exemplo, sobre o ganho adicional da categoria, na oportunidade de um acordo de negociação salarial.

Regulamentação sobre g reve dos servidores públicos e regras para dirigentes sindicais

Embora haja matéria em tramitação na Câmara, avalia-se que o mais provável é que o Poder Executivo chame para si a negociação efetiva com as entidades sindicais. Dessa negociação, pode sair uma nova proposta sobre regulamentação de greve e podem-se inserir, também, regras de liberação de dirigente e outros assuntos correlatos. Parece haver interesse do governo nessa matéria, por razões de limitação nas regras, além de um ganho político perante a sociedade, por ser iniciativa do Poder Executivo o resgate de uma matéria de seu domínio, há muito abandonada, e de desgaste pela crítica do Poder Judiciário, quando disse da aplicabilidade para os servidores públicos das regras da iniciativa privada sobre greve, por falta de regulamentação específica. As greves do setor público, em datas passadas, interferiram no impulso político para uma regulamentação restritiva do direito de greve. Consta também como compromisso político de governo deixar uma legislação até o final do atual mandato. Esse assunto se junta à regulamentação da Convenção 151 e Recomendação 159 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

PDC–795/2008

Convenção 151 e Recomendação 159 da OIT – A 151 é matéria das mais antigas que se arrastou num vaivém sem destino efetivo. A convenção foi adotada em 1978 pela OIT, inclusive com voto favorável do Brasil, entretanto, sem a aprovação pelo Congresso Nacional, que diga a eficácia dela no Brasil, torna-se o "dito pelo não dito". Em 2004, foi resgatada no Fórum Nacional do Trabalho, entre outros fóruns com participação do governo; tornou-se promessa do atual governo aos sindicalistas. Na prática, o que ela preconiza vem sendo conquistado pelos trabalhadores em sua luta sindical própria, como, aliás, sempre ocorre no Brasil. "Isso é sabidamente verdadeiro", diz Paulo Eduardo de Freitas, assessor do Sinal, "cujo bom exemplo é a Organização Sindical no Banco Central." Mas ainda assim, enfatiza, "a diretriz sobre negociação coletiva (o maior destaque), a preconização de garantias a dirigentes e o fortalecimento legal dos sindicatos, entre outros, são fatores relevantes a serem considerados, porque abrirão condições para dispositivos legais efetivos". Agora, as Convenções da OIT 151 e a Recomendação 159 voltam à tona, com a proximidade eleitoral e com o receio de críticas por promessas não cumpridas. A perspectiva de aprovação é bastante alta.

O que diz a convenção 151 da OIT (extraído da Nota Técnica do Dieese, de 22/5/2006):

"I – Proteção contra os atos de discriminação que acarretem violação da liberdade sindical em matéria de trabalho;

II – Independência das organizações de trabalhadores da função pública face às autoridades públicas;

III – Proteção contra atos de ingerência das autoridades públicas na formação, funcionamento e administração das organizações de trabalhadores da função pública;

IV – Concessão de facilidades aos representantes das organizações reconhecidas dos trabalhadores da função pública, com permissão para cumprir suas atividades seja durante as suas horas de trabalho ou fora delas.

V – Instauração de processos que permitam a negociação das condições de trabalho entre as autoridades públicas interessadas e as organizações de trabalhadores da função pública;

VI – Garantias dos direitos civis e políticos essenciais ao exercício normal da liberdade sindical."

O que diz a Recomendação 159 da OIT (extraído da Nota Técnica do Dieese, de 22/5/2006):

"... a Resolução 159 tem como finalidade melhor definir os seguintes aspectos da Convenção 151:

– procedimentos para o reconhecimento de organizações de servidores públicos;

– negociação de termos e condições de trabalho, com ênfase na regulamentação dos participantes do processo e no encaminhamento dos termos da negociação;

– a vigência do acordo acertado entre uma autoridade pública e uma organização de servidores públicos;

– os meios que devem ser proporcionados aos representantes de organizações de servidores públicos como facilidades ao exercício sindical."

Projeto de Aposentadoria Especial do Servidor Público

Terá abrangência para todos os servidores públicos, seja da União, dos estados, seja dos municípios dos três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário. Hoje, os servidores públicos que trabalham em áreas insalubres ou que trazem danos à saúde, como radiologia, ou ainda com produtos perigosos, como inseticidas, não podem requerer aposentadoria especial como na iniciativa privada e têm de se submeter às mesmas regras dos demais servidores. O STF tem atendido processos judiciais com tais pleitos, aplicando as regras da iniciativa privada e não poupando críticas ao Congresso Nacional, pela morosidade em regulamentar dispositivos constitucionais. O projeto tem grande chance de aprovação.

Previdência Complementar

O governo tem o Projeto de Lei 1992/2007. O Sinal tem proposta de emenda. O último evento, nesse projeto, foi em março/2009, com a designação do relator, deputado Sabino Castelo Branco (PTB-AM), na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Há também pedido de tratamento de urgência ao projeto.

Algumas entidades sindicais – o Sinal não participou – ingressaram com dois outros projetos iguais, um na Câmara e outro no Senado, que receberam nos PLP 466/2009 e no Senado PLS 146/2009, que propõem Fundo Previdenciário Público próprio dos servidores públicos federais. Um fundo único para todos os servidores, de caráter público, com gestão paritária e responsabilidade do Estado em caso de déficit nas reservas matemáticas. O fundo se destinaria aos servidores públicos, com vinculação obrigatória, que vierem a ingressar no serviço público após a publicação da lei.

Os diferentes projetos são um obstáculo a mais a ser vencido nessa matéria e requererão capacidade de articulação política e de força própria para sustentar qualquer proposta.

A apresentação de emendas é sempre um recurso a todos os interessados nos projetos legislativos. Além dos projetos destacados, há outros, que chamam a atenção, ligados a: tributo, consumidor bancário, meio ambiente, servidor público, reforma política, sindicato, direito dos trabalhadores, mesmo privado, que poderão ter reflexo sobre o servidor público, cidadania, sistema financeiro, mercado de capitais e muitos outros.

Para todos esses assuntos, poderá haver interesse em ter uma atuação mais efetiva. É uma providência favorável, pois, além de o mérito poder ser conquistado, tais iniciativas se inserem muito bem numa política de tornar o demandante presente na cabeça dos parlamentares. Vários daqueles assuntos têm segmento de parlamentares diferentes, o que torna essa ação com baixa possibilidade de desgaste, além de que os parlamentares recepcionam positivamente a participação naquelas Casas. Afinal, parlamentar vive de política e de ser citado e lembrado como atuante nos assuntos aos quais esteja vinculado.

"Evidentemente que ao Sinal caberá, com inteligência e compromisso, observar as prioridades da categoria, em que se destacam assuntos sindicais clássicos, previdenciários, institucionais e da cidadania, para uma atuação adequadamente relevante, produtiva e consequente", realça, com convicção, o presidente Nacional do Sinal, Sérgio da Luz Belsito.

CONSELHOS DA CENTRUS

Sete candidatos devem disputar duas vagas

Sete candidatos se inscreveram para disputar as duas vagas no Conselho Deliberativo e uma no Conselho Fiscal da Centrus. O processo eleitoral na Fundação será concluído no dia 15 de outubro próximo (veja no quadro o cronograma eleitoral), com a posse dos eleitos.

A Comissão Eleitoral estima que o pleito será muito tranquilo, em razão de já estar se disseminando na Comunidade Centrus a cultura das eleições periódicas para os conselhos da Fundação. "Os participantes e assistidos criaram, no pleito de 2007, um modelo de envolvimento que certamente vai se repetir nas eleições de 2009", disse Wagner Oliveira, em nome da Comissão Eleitoral.

Este ano, os eleitores poderão votar por carta ou pela internet. A votação por correspondência será encerrada às 18h do dia 21 de setembro, prazo para a chegada na Centrus dos envelopes carta-resposta. No dia seguinte, a Comissão Eleitoral validará os votos recebidos pelos Correios. Pela internet, o voto poderá ser exercido das 9h às 18h dos dias 23 e 24 de setembro, e das 9h às 15h do dia 25.

A escolha da forma de votação será feita pelo participante ou assistido apto a votar. Todos receberão as instruções para a votação por correspondência, junto com a cédula eleitoral, o envelope porta-cédula, a senha específica para votação pela internet e o envelope carta-resposta, já selado, para o envio do voto pelos Correios.

A cédula será única. A marcação do voto ocorrerá entre os parênteses ao lado do nome do candidato para o Conselho Deliberativo e, quando for o caso, para o Conselho Fiscal. Além do voto, não poderá ser feita nenhuma marca ou sinal na cédula ou no envelope porta-cédula, o que causará a anulação do sufrágio.

Após a marcação do candidato, a cédula deverá ser dobrada e colocada no envelope porta-cédula, que deve ser posto dentro do envelope carta-resposta e postado nos Correios. Não é necessário selar.

O voto pela internet poderá ser feito no site www.centrus.org.br, em ambiente criado especificamente para a eleição, com a utilização da senha de acesso à área "serviço exclusivo aos participantes".

Novos conselheiros

O Banco Central, na condição de patrocinador da Centrus, reconduziu o conselheiro Dimas Luis Rodrigues da Costa para exercer mais um mandato de quatro anos no Conselho Deliberativo. O Conselho Fiscal tem, também, novo conselheiro indicado pelo BC: Sidnei Corrêa Marques, que substituiu Cornélio Farias Pimentel.

Sidnei Marques tomou posse no Conselho Fiscal da Centrus no dia 29 de maio. Ele é o atual chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro e Gestão da Informação (Desig) do Banco Central, onde ingressou, em 1977. Formado em Ciências Contábeis, fez vários cursos nas áreas de Gestão e de Supervisão Bancária, além de pós-graduação em Auditoria Interna e Externa.

CRONOGRAMA DAS ELEIÇÕES 2009

Eventos	Data-limite
Divulgação do nome dos candidatos habilitados	3/8
Sorteio e divulgação da ordem dos candidatos na cédula	7/8
Divulgação das normas para publicação das propostas no Jornal Centrus	7/8
Recebimento das propostas dos candidatos para divulgação no Jornal Centrus	7 a 14/8
Divulgação do Jornal Centrus com as propostas dos candidatos	até 31/8
Envio das correspondências com material para votação pelos Correios	até 31/8
Recebimento das cartas-respostas postadas pelos Correios	1º a 21/9
Validação dos votos postados pelos Correios	22/9
Votação pela internet	23 a 25/9
Apuração dos votos e divulgação do resultado	25/9
Prazo para apresentação de pedidos de impugnação do resultado da apuração	28 e 29/9
Notificação dos pedidos de impugnação e abertura de prazo para apresentação de defesa	30/9 e 1º/10
Julgamento, pela Comissão Eleitoral, dos pedidos de impugnação e divulgação do resultado	5/10
Prazo para interposição de recursos	6 e 7/10
Julgamento, pelo Conselho Deliberativo, dos recursos e divulgação do resultado	9/10
Homologação do resultado da eleição e proclamação dos eleitos	9/10
Posse dos eleitos	15/10

O MELHOR CARIMBO QUE VOCÊ PODE TER NO SEU PASSAPORTE.

STELLA BARROS®
TURISMO

São Paulo
Rua Estados Unidos, 336
Jardim América
São Paulo - SP
Cep.: 01427-000
Tel:(11)4003-3099

Rio de Janeiro
Av. das Américas, 3.434 - Bl.5 - Gr.520
Barra da Tijuca
Rio de Janeiro, RJ
Cep.: 22640-102
Tel:(21)2430-1111

STELLA BARROS®
TURISMO
www.stellabarros.com.br

por sinal

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central n ano 6 n nº 28

DESEMPREGO

A agenda sindical da crise

CARTÕES DE CRÉDITO

Cruzada contra o cartel do dinheiro de plástico

ENTREVISTA/DUVANIER PAIVA FERREIRA - MPOG

Secretário desmistifica "inchaço" da máquina pública

SINAL
SINDICATO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL